

CONCURSO PÚBLICO 01/2017

A CEMIG, através da Superintendência de Relações e Recursos Humanos— RH, no uso das suas atribuições, torna pública a realização de Concurso Público para provimento de 03 (três) vagas e a formação de cadastro de reserva para a função de Médico do Trabalho para contratação pela Empresa, sob regime da CLT, mediante as condições estabelecidas neste Edital.

1- Das disposições preliminares

- 1.1- O Concurso Público será regido por este Edital, seus anexos, eventuais retificações, caso existam, e realizado sob a responsabilidade, execução e operacionalização da Fundação Mariana Resende Costa FUMARC, endereço eletrônico <www.fumarc.com.br>, com apoio da Companhia Energética de Minas Gerais CEMIG.
- 1.2- A participação do candidato implicará na aceitação das normas e condições para este Concurso Público, constantes do presente Edital e dos comunicados e retificações a ele referentes
- 1.3- É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar a publicação e a divulgação de todos os atos, editais, retificações e comunicados referentes a este Concurso Público, que serão divulgados na Intranet da CEMIG, nos endereços eletrônicos da CEMIG <www.cemig.com.br/pt-br/Recursos_Humanos/Carreiras> e FUMARC <www.fumarc.com.br> e publicados no Órgão Oficial dos Poderes do Estado de Minas Gerais e em jornal de grande circulação.
- 1.4- Para efeito de contagem de prazo para interposição de recursos, deverão ser consideradas as datas de publicação dos atos no jornal Oficial de Minas Gerais.
- 1.5- O Concurso Público será compreendido de provas objetivas de conhecimentos, de caráter classificatório e eliminatório, de responsabilidade da FUMARC, e da realização de avaliação préadmissional de saúde, de caráter eliminatório, obedecendo ao disposto na NR-07, do Ministério do Trabalho e Emprego, de responsabilidade da CEMIG. A avaliação pré-admissional de saúde compreenderá exames de acordo com a função a ser exercida para todos os candidatos aprovados e classificados, dentro do número de vagas oferecidas.
- 1.6- O candidato aprovado será convocado obedecendo, rigorosamente, à ordem de classificação, por meio de e-mail e telegrama, com aviso de recebimento, para comprovar os requisitos exigidos da função, de acordo com a necessidade e conveniência da CEMIG e critérios estabelecidos neste Edital, e dentro do prazo de validade do concurso, que é de 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir da data da homologação do resultado, podendo ser prorrogado por igual período.
- 1.7- Por ocasião da sua admissão, o candidato poderá, por definição da CEMIG, ser contratado por qualquer de suas subsidiárias integrais.

2- Dos requisitos para o emprego

- 2.1- Título da função: Médico do Trabalho.
- 2.2- Salário Base: R\$ 14.700,00 (Quatorze mil e setecentos reais)
- 2.3- Nº de vagas: 03 (três)
- 2.4- Local de trabalho: Belo Horizonte MG
- 2.5- Requisitos básicos: Curso de graduação superior em nível de bacharelado em Medicina; Curso de Especialização em Medicina do Trabalho; Registro no Conselho Regional de Medicina CRM.
- 2.5.1- O curso de especialização deverá ser *Lato Sensu* com carga horária, mínima, de 360 (trezentos e sessenta) horas.
- 2.6- Sumário da função: Executar as atividades do PCMSO Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional e de Promoção da Saúde, visando ao melhor nível possível de saúde, individual e coletiva, dos empregados da Empresa.



3- Do regime e das condições de trabalho

- 3.1- O regime jurídico para a contratação é o da Consolidação das Leis do Trabalho CLT.
- 3.2- A jornada de trabalho é de 6 (seis) horas diárias, totalizando 30 (trinta) horas semanais.
- 3.3- O local de trabalho será em Belo Horizonte, MG. No entanto, na forma do parágrafo 1º, do Artigo 469, da Consolidação das Leis do Trabalho CLT, a critério exclusivo da Empresa poderá o empregado ser transferido do seu local de trabalho para atender real necessidade de serviço, sem obrigatoriedade de modificação salarial, de gualquer natureza.
- 3.4- Os benefícios concedidos são aqueles aprovados pela Diretoria Executiva da Companhia e podem sofrer alteração a qualquer momento mediante normas da Companhia ou Acordo Coletivo de Trabalho. Os benefícios atuais são:
 - a) Plano de saúde e plano odontológico, em regime de coparticipação;
 - b) Previdência privada, em regime de coparticipação;
 - c) Seguro de vida em grupo, em regime de coparticipação;
 - d) Vale-alimentação ou Vale-refeição, em regime de coparticipação, nos termos da legislação pertinente e no acordo coletivo vigente.

4- Das Condições para Admissão

- 4.1- Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos comprovados até a data da admissão; os candidatos do sexo masculino deverão apresentar certificado de reservista ou de dispensa de incorporação.
- 4.2- Encontrar-se no pleno exercício dos direitos civis e políticos.
- 4.3- Estar em dia com as obrigações eleitorais.
- 4.4- Ser brasileiro nato ou naturalizado e, em caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pela reciprocidade de direitos advinda da legislação específica.
- 4.5- Possuir os requisitos exigidos nos itens 2.5 e 2.5.1 deste Edital. Os documentos comprobatórios de escolaridade diplomas registrados ou certificados acompanhados de histórico escolar devem referir-se a cursos devidamente reconhecidos pelo Ministério da Educação e Cultura MEC, Conselho Nacional de Educação CNE ou Secretaria Estadual de Educação SEE.
- 4.6- Ter sido aprovado no Concurso e ter sido considerado apto nos exames admissionais realizados por profissionais da Companhia Energética de Minas Gerais CEMIG ou por ela indicados.
- 4.7- O candidato aprovado que, na data de admissão, não reunir ou não comprovar os requisitos relacionados nos subitens acima, perderá o direito à investidura na função.
- 4.8- Para comprovação da especialização em Medicina do Trabalho, o candidato deverá ter seu diploma de especialização ou certificado de conclusão de residência médica em área de concentração em saúde do trabalho ou denominação equivalente, reconhecida pela Comissão Nacional de Residência Médica do Ministério da Educação, ambos ministrados por universidade ou faculdade que mantenha curso de graduação em Medicina, registrados no Conselho Regional de Medicina.
- 4.9- Não receber proventos ou remuneração de cargo, emprego ou função pública, ressalvados os cargos acumuláveis previstos na Constituição Federal.
- 4.10- Cumprir as determinações deste Edital.

5- Das Inscrições

- 5.1- As inscrições serão efetuadas exclusivamente nas formas descritas neste Edital:
- 5.1.1- Antes de efetuar a inscrição e/ou o pagamento da taxa de inscrição, o candidato deverá tomar conhecimento do disposto neste Edital e em seus Anexos e certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos.
- 5.1.2- A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, bem como em eventuais aditamentos ou erratas, comunicações,



instruções e convocações relativas ao certame, que passarão a integrar o instrumento convocatório como se nele estivessem transcritos e acerca dos quais não poderá o candidato alegar desconhecimento.

- 5.1.3- O candidato deverá possuir, obrigatoriamente, Cadastro de Pessoa Física CPF e documento de identidade, com número de registro geral, emitido por órgão do Estado de origem, cujos números deverão ser informados em campos próprios constantes do Requerimento Eletrônico de Inscrição ou Isenção. Caso não seja o primeiro emprego, o candidato ainda deverá informar o número do PIS ou PASEP.
- 5.1.4- Não haverá, sob qualquer pretexto, inscrição provisória, condicional ou extemporânea.
- 5.1.5- Não será admitida, sob qualquer pretexto, inscrição feita por fax, via postal, correio eletrônico ou outro meio que não os estabelecidos neste Edital e seus anexos.
- 5.1.6- A isenção, a inscrição e o valor pago referente à taxa de inscrição são pessoais e intransferíveis.
- 5.1.7- O pagamento da taxa de inscrição, por si só, não confere ao candidato o direito de submeter-se às etapas deste Concurso Público.
- 5.1.8- Após confirmados e transmitidos os dados cadastrados pelo candidato no Requerimento Eletrônico de Inscrição ou Isenção, não serão aceitos:
 - a) Transferências de inscrições ou da isenção da taxa de inscrição entre pessoas;
 - b) Transferência de pagamentos entre pessoas;
 - c) Alteração da inscrição do concorrente na condição de candidato da ampla concorrência para a condição de pessoa com deficiência.
- 5.1.9- Confirmados os dados, o candidato receberá por meio do e-mail cadastrado no ato da inscrição ou isenção, o "Número de Controle", com o qual poderá acessar e acompanhar informações do seu cadastro, tais como, consultar dados, gerar boleto, gerar 2ª via do boleto, verificar se o pagamento da taxa de inscrição está confirmado ou se seu pedido de isenção foi deferido ou indeferido, e ainda consultar e imprimir o Cartão de Informação (CDI) com a data, o horário e o local de prova, etc.
- 5.1.10- Ao imprimir o Cartão de Informação CDI, o candidato receberá o "número definitivo de inscrição", que juntamente com o nº do CPF, dará acesso, via internet, aos resultados deste Concurso Público.
- 5.1.11- A não comprovação do pagamento da taxa de inscrição ou o pagamento efetuado em quantia inferior determinará o cancelamento automático do Requerimento Eletrônico de Inscrição.
- 5.1.12- As informações constantes no Requerimento Eletrônico de Inscrição ou no Requerimento de Isenção de Taxa são de inteira responsabilidade do candidato, eximindo-se a CEMIG e a FUMARC de quaisquer atos ou fatos decorrentes de informações incorretas, endereço inexato ou incompleto.
- 5.1.13- As declarações falsas ou inexatas dos dados constantes no Requerimento Eletrônico de Inscrição ou no Requerimento de Isenção de Taxa ou falsidade de qualquer declaração, que comprometam a lisura do certame, determinarão o cancelamento da inscrição e a anulação de todos os atos dela decorrentes, em qualquer época, sem prejuízo das sanções penais, sendo garantido ao candidato o direito à ampla defesa.
- 5.1.14- A CEMIG e a FUMARC não se responsabilizam por inscrições não recebidas por falhas de comunicação; eventuais equívocos provocados por operadores das instituições bancárias, assim como no processamento do boleto bancário; congestionamento das linhas de comunicação; falhas de impressão; problemas de ordem técnica nos computadores utilizados pelos candidatos, bem como por outros fatores alheios que impossibilitem a transferência dos dados e impressão do boleto bancário ou da 2ª (segunda) via do boleto bancário, ressalvado, para tanto, quando a responsabilidade for atribuível exclusivamente aos organizadores do concurso.
- 5.1.15- Com exceção dos documentos constantes no item 6 de que trata o Pedido de Isenção da Taxa, não se exigirá do candidato cópia de nenhum documento, no ato do preenchimento do Requerimento Eletrônico de Inscrição ou do Requerimento de Isenção de Taxa, sendo de sua exclusiva responsabilidade a veracidade dos dados informados.
- 5.2- Procedimentos para inscrição e formas de pagamento:



- 5.2.1- O valor correspondente à Taxa de Inscrição é de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais).
- 5.2.2- As inscrições deverão ser efetuadas via internet, das 09h00min do dia 03 de outubro de 2017 às 23h59min do dia 05 de novembro de 2017, através do endereço eletrônico da FUMARC <www.fumarc.com.br>, Concurso Público CEMIG Médico do Trabalho, clicar em "Faça sua Inscrição", conforme os procedimentos estabelecidos a seguir:
 - a) Ler atentamente o Edital e seus anexos, disponíveis no endereço eletrônico da FUMARC www.fumarc.com.br;
 - b) Preencher o Requerimento Eletrônico de Inscrição, indicando a função de acordo com este Edital.
 - c) Confirmar os dados cadastrados e transmiti-los pela internet;
 - d) Gerar e imprimir o boleto bancário, que estará disponível para impressão somente no período de inscrição;
 - e) Efetuar o pagamento da importância referente à inscrição expressa no item 5.2.1 até o dia 06 de novembro de 2017.
- 5.2.2.1- Para os candidatos que não dispuserem de acesso à internet, nos períodos a que se referem os itens 5.2.2, 6.1, 8.3 e 11.2, a FUMARC disponibilizará no endereço: Avenida Francisco Sales, 540 Floresta BH/MG, nos dias úteis, das 9h00min às 12h00min e das 13h30min às 17h00min (exceto sábados, domingos e feriados), posto de inscrição com computador e impressora que, além das isenções, inscrições, impressão do Cartão de Informação, impressão do modelo da Capa e Formulário para interposição de recursos, também poderá protocolar recursos e realizar consultas sobre as publicações referentes a este Edital.
- 5.2.3- A geração do boleto bancário somente estará disponível durante o período de inscrição determinado no item 5.2.2 deste Edital.
- 5.2.3.1-A eventual impressão da 2ª via do boleto bancário, disponível **até às 16 horas do dia 06 de novembro de 2017**,somente será possível caso o candidato conclua a inscrição, como determinado no item 5.2.2, alínea "c".
- 5.2.4- O boleto bancário ou 2ª via do boleto bancário será emitido em nome do requerente e deverá ser impresso em impressora a laser ou jato de tinta para possibilitar a correta impressão e leitura dos dados e do código de barras e ser pago até o dia **06 de novembro de 2017.**
- 5.2.5- O candidato, para efetivar sua inscrição, deverá, obrigatoriamente, efetuar o pagamento do valor da inscrição impresso no boleto bancário, na rede bancária, observados os horários de atendimento e das transações financeiras de cada instituição bancária, até o dia **06 de novembro de 2017.**
- 5.2.6- Em caso de feriado ou evento que acarrete o fechamento de agências bancárias na localidade em que se encontra, o candidato deverá antecipar o pagamento, considerando o 1º dia útil que antecede o feriado, desde que o pagamento seja feito no período de inscrição determinado neste Edital.
- 5.2.7- A impressão do boleto bancário ou de sua segunda via em outro tipo de impressora é de exclusiva responsabilidade do candidato, eximindo-se a CEMIG e a FUMARC de eventuais dificuldades na leitura do código de barras e consequente impossibilidade de efetivação da inscrição.
- 5.2.8- A inscrição somente será processada e validada após a confirmação à FUMARC, pela instituição bancária, do pagamento do valor da taxa de inscrição concernente ao candidato, sendo automaticamente cancelado o Requerimento Eletrônico de Inscrição em que o pagamento não for comprovado, feito a menor ou efetuado após a data estabelecida no item 5.22, alínea "e", deste Edital.
- 5.2.9- Não será aceito pagamento da taxa de inscrição por depósito em caixa eletrônico, transferência ou depósito em conta corrente, DOC, TED, cheque, cartão de crédito, ordens de pagamento ou qualquer outra forma diferente daquela prevista neste Edital.
- 5.2.10- O boleto bancário devidamente quitado, sem rasuras, emendas e outros,será o comprovante de requerimento de inscrição provisório do candidato neste Concurso Público. Para esse fim, o boleto deverá estar autenticado ou acompanhado do respectivo comprovante do pagamento realizado até a data limite do vencimento 06 de novembro de 2017, não sendo considerado para tal o simples agendamento de pagamento, uma vez que este pode não ser processado ante



- a eventual insuficiência de fundos ou outras situações que não permitam o pagamento efetivo do valor da taxa de inscrição.
- 5.2.11- Considera-se efetivada a inscrição do candidato que realizar o pagamento da taxa de inscrição nos termos do presente Edital, bem como as inscrições deferidas através dos pedidos de isenção do pagamento da taxa de inscrição.
- 5.2.12- A listagem dos candidatos que tiverem as suas inscrições deferidas será divulgada no endereço eletrônico <www.fumarc.com.br> até o dia 14 de novembro de 2017.
- 5.2.13- Nos casos em que o candidato tiver sua inscrição indeferida por inconsistência no pagamento do valor da taxa de inscrição, o mesmo deverá se manifestar formalmente por meio de recurso administrativo previsto no item 11.1, alínea "c", deste Edital e seus anexos.
- 5.3-Da devolução da taxa de inscrição:
- 5.3.1- A devolução do valor da taxa de inscrição somente será admitda nas hipóteses abaixo:
 - a) Pagamento extemporâneo ou realizado em duplicidade pelo candidato ou com valor em desconformidade com o do valor da taxa de inscrição;
 - b) Cancelamento ou suspensão do concurso, previstos na Lei Estadual 13.801, de 26/12/2000;
 - c) Adiamento ou alteração da data prevista para as provas;
 - d) Alteração ou extinção da função para o qual o candidato estiver inscrito.
- 5.3.1.1-Nos casos elencados no item 5.3.1, alínea "a", o valor somente será devolvido desde que solicitado por escrito pelo candidato e após análise do requerimento e documentos comprobatórios e consequente aprovação da FUMARC, devendo o candidato arcar com os custos bancários do boleto para o processamento da devolução.
- 5.3.1.2-Indeferida a devolução pela FUMARC, cabe ao candidato o direito ao contraditório e à ampla defesa, exercidos por recurso a ser encaminhado à FUMARC, no prazo e termos previstos neste Edital.
- 5.3.1.3-Nos casos de suspensão deste Concurso Público em que já tenha sido realizada a prova na data prevista, o candidato não terá direito à devolução do valor da taxa de inscrição, garantidos o contraditório e a ampla defesa.
- 5.3.1.4- Nos casos de cancelamento do processo seletivo, mesmo que já tenha sido realizada a prova, o candidato terá direito à devolução do valor da taxa de inscrição.
- 5.3.2- Nas hipóteses previstas no item 5.3.1, o candidato deverá requerer a devolução da Taxa de Inscrição por meio do preenchimento e assinatura do Requerimento para Devolução da Taxa de Inscrição - Anexo C, disponível no endereço eletrônico <www.fumarc.com.br>, que deverá ser entregue:
 - a) Em até 10 (dez) dias úteis após o encerramento do período de inscrições, para os pedidos de devolução nos termos do item 5.3.1, alínea "a", ou
 - b) Em até 30 (trinta) dias úteis após a publicação do Ato de cancelamento, suspensão do concurso ou divulgação da data das provas, para os pedidos de devolução nos termos do item 5.3.1, alíneas "b", "c" e "d".
- 5.3.3- No Requerimento para Devolução da Taxa de Inscrição, o candidato deverá informar os seguintes dados para obter a devolução da taxa de inscrição:
 - a) Motivação para solicitação da devolução, conforme previsões do item 5.3.1;
 - b) Nome completo, número da identidade e da inscrição do candidato;
 - Nome e número do banco, nome e número da agência com dígito, número da conta corrente e CPF do titular da conta;
 - d) Números de telefones, com código de área, para eventual contato;
 - e) Endereço completo, inclusive CEP.
- 5.3.4- O Requerimento de Devolução da Taxa de Inscrição deverá ser entregue ou enviado, dentro dos prazos previstos no item 5.3.2, alíneas "a" e "b", devidamente preenchido e assinado pelo



candidato e acompanhado da cópia de seu documento de identidade e do comprovante de pagamento da inscrição, em envelope fechado, por uma das seguintes formas:

- a) Pessoalmente ou por terceiro, à FUMARC Concursos, Rua Diamante, nº 1100, B. São Joaquim, Contagem/MG, das 9h00min às 12h00min e das 13h30min às 17h00min (exceto sábados, domingos e feriados); ou
- b) Via Sedex ou por carta, ambos com Aviso de Recebimento (AR), à FUMARC Concursos, Rua Diamante, nº 1100, B. São Joaquim, CEP: 32113-000, Contagem/MG.
- 5.3.5- O envelope deverá conter em sua face frontal os seguintes dados:

CONCURSO PÚBLICO CEMIG MÉDICO DO TRABALHO – EDITAL 01/2017 REFERÊNCIA: PEDIDO DE DEVOLUÇÃO DE TAXA DE INSCRIÇÃO NOME COMPLETO DO CANDIDATO: NÚMERO DE CONTROLE:

- 5.3.6- A devolução da Taxa de Inscrição será processada nos 30 (trinta) dias corridos seguintes ao término do prazo fixado no item 5.3.2, alíneas "a" e "b", por meio de depósito bancário na conta corrente indicada no respectivo formulário de devolução.
- 5.3.7- É de inteira responsabilidade do candidato a informação correta e completa de todos os dados requeridos para a eventual devolução do valor da taxa de inscrição, não se podendo atribuir à CEMIG ou à FUMARC a responsabilidade pela impossibilidade de devolução, caso os dados sejam insuficientes ou incorretos.
- 5.3.8- O depósito bancário não poderá ser realizado em conta salário ou conta poupança.
- 5.3.9- Nos casos previstos no item 5.3.1, alíneas "b", "c" e "d", o valor a ser devolvido ao candidato será corrigido monetariamente pela variação do Índice Geral de Preços do Mercado IGPM ou por outro índice que vier a substituí-lo, desde a data do pagamento da inscrição até a data da efetiva devolução.
- 5.3.10- Não haverá transferência do valor da taxa de inscrição entre pessoas.
- 5.3.11- O candidato que não requerer a devolução do valor da taxa de inscrição nos prazos e nas formas estabelecidas no item 5.3 e seus subitens, deste Edital, não poderá requerê-la posteriormente.
- 5.3.12- Qualquer dúvida quanto ao procedimento ou dificuldade na inscrição, o candidato deverá entrar em contato com a FUMARC pelo telefone (31) 3249-7455 para orientações.

6- Da Isenção do Pagamento da Taxa de Inscrição

- 6.1- Não haverá isenção total ou parcial da taxa de inscrição, mas considerando os princípios fundamentais estabelecidos na Constituição Federal/88, o candidato comprovadamente desempregado, de acordo com a Lei Estadual nº 13.392, de 07 de dezembro de 1999, ou em condição de hipossuficiência econômica financeira, conforme cadastro do Governo Federal (CadÚnico), de que trata o Decreto Federal nº 6.135, de 26 de junho de 2007, poderá solicitar isenção do pagamento do valor da inscrição deste Concurso Público, exclusivamente das 9 (nove) horas do dia 02 de outubro de 2017 às 16 (dezesseis) horas do dia 06 de outubro de 2017.
- 6.2- A Isenção do Pagamento da Taxa de Inscrição será concedida a todos aqueles candidatos que se enquadrarem nas situações dispostas no item 6.7, 6.8 e 6.9.
- 6.3- No Requerimento de Isenção da Taxa que deverá ser impresso, assinado, entregue ou enviado, o candidato firmará declaração de que é desempregado, que não se encontra em gozo de nenhum benefício previdenciário de prestação continuada, exceto a proveniente de seguro-desemprego, ou que se encontra em condição de hipossuficiência econômica financeira e que sua situação econômico financeira não lhe permite pagar o valor da inscrição deste Concurso Público sem prejuízo do sustento próprio ou de sua família, respondendo civil e criminalmente pelo inteiro teor de sua declaração.
- 6.4- A declaração falsa ou inexata dos dados no Requerimento de Isenção da Taxa, fornecidos pelo candidato, ou a apresentação de documentos falsos ou inexatos, que evidencie má fé, determinará o cancelamento da inscrição e a anulação de todos os atos dela decorrentes, em qualquer época,



- sujeitando-se o requerente às sanções civis, criminais e administrativas cabíveis, assegurados o direito ao contraditório e a ampla defesa.
- 6.5- O Requerimento de Isenção, se assinado por terceiro, deverá ser acompanhado por instrumento de procuração simples.
- 6.6- O candidato para requerer a Isenção do Pagamento da Taxa de Inscrição deverá acessar no prazo estipulado no item 6.1, o endereço eletrônico da FUMARC <www.fumarc.com.br>, Concurso Público CEMIG Médico do Trabalho, clicar em "Faça sua Inscrição", informando os dados exigidos em todos os campos e, após confirmação dos dados, clicar em "Solicitar Isenção", imprimir o Requerimento de Isenção, assiná-lo, marcando a situação em que se enquadra e instrui-lo com a documentação comprobatória de sua situação financeira e enviá-lo à FUMARC.
- 6.7- Para solicitar a isenção na condição de <u>Hipossuficiência Econômica Financeira</u>, o candidato deverá estar inscrito no Cadastro único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) e indicar seu Número de Identificação Social (NIS) válido, atribuído pelo CadÚnico no Requerimento de Isenção de Taxa, após sua impressão e assinatura.
- 6.7.1- A informação prestada pelo candidato será consultada junto ao órgão gestor do CadÚnico, vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e/ou junto a outros órgãos e entidade públicas, para verificar a veracidade das informações.
- 6.8- Para solicitar a isenção na condição de **Desempregado**, o candidato deverá comprovar:
- 6.8.1- Se tiver extinto vínculo empregatício registrado na CTPS, apresentar cópias das páginas da CTPS que contenha a foto; página com qualificação civil; página com a anotação do último contrato de trabalho do candidato, na qual deverá constar o registro de saída; primeira página subsequente à da anotação do último contrato de trabalho ocorrido, em branco; páginas contendo outras anotações pertinentes, quando houver;
- 6.8.1.1- Caso o contrato de trabalho do candidato tenha sido registrado em Páginas de Anotações Gerais de sua CTPS, além da página constando o último contrato registrado e a página subsequente em branco, o candidato deverá apresentar também as cópias das páginas da CTPS em que foram registrados os contratos de trabalho ou outras informações.
- 6.8.1.2-Se na Carteira de Trabalho constar anotação de recadastramento da CTPS, também deverá apresentar cópia das CTPSs anteriores relativas as páginas que contenham fotografia, qualificação civil, último contrato de trabalho com a devida escrituração da data de saída do último emprego.
- 6.8.2- Ainda na condição de desempregado, o candidato deverá apresentar as declarações, de próprio punho, nos Modelos A, B, e C em que declarará que não tem vínculo estatutário vigente com o Poder Público Municipal, Estadual ou Federal, e; que não tem contrato de prestação de serviços vigente com o Poder Público nos âmbitos Municipal, Estadual ou Federal, e; que não exerce atualmente nenhuma atividade legalmente reconhecida como autônoma, não auferindo qualquer tipo de renda (exceto aquela proveniente de seguro desemprego).
- 6.8.3- Se teve vínculo estatutário com o Poder Público Municipal, Estadual ou Federal, e este foi extinto, deverá apresentar certidão expedida por órgão ou entidade competente, em papel timbrado, com identificação e assinatura legível da autoridade emissora do documento, informando o fim do vínculo estatutário, ou a cópia da publicação oficial do ato que determinou a extinção do vínculo, ou; se nunca teve vínculo estatutário com o Poder Público Municipal, Estadual ou Federal, apresentar declaração de próprio punho, no modelo D.
- 6.8.4- Se teve contrato de prestação de serviços com o Poder Público Municipal, Estadual ou Federal, deverá apresentar cópia do contrato extinto, acompanhado da documentação pertinente que comprove sua extinção, ou; se nunca teve contrato de prestação de serviços com o Poder Público Municipal, Estadual ou Federal, apresentar declaração de próprio punho, no modelo E.
- 6.8.5- Se exerceu atividade legalmente reconhecida como autônoma, deverá apresentar cópia da certidão em que conste a baixa da atividade autônoma, ou; declaração de próprio punho, no modelo F, na qual informará que nunca exerceu nenhuma atividade legalmente reconhecida como autônoma.
- 6.9- Para solicitar a isenção na condição de que **Nunca trabalhou**, o candidato deverá apresentar cópia das páginas da Carteira de Trabalho e Previdência Social que contenham fotografia, qualificação



civil e contrato de trabalho em branco e ainda apresentar as declarações, de próprio punho, nos Modelos D, E, F, previstos nos itens 6.8.3, 6.8.4 e 6.8.5 deste Edital.

- 6.10- O candidato que se julgue enquadrar em outras situações e padrões de hipossuficiência, poderá pleitear a isenção, cabendo exclusivamente ao mesmo comprovar sua condição de forma suficiente e indubitável, valendo-se de qualquer meio plausível e legalmente admitido, que não dispõe de recursos para o pagamento da taxa de inscrição, sem prejuízo do próprio sustento e de sua família.
- 6.11- O Requerimento de Isenção da Taxa assinado acompanhado dos documentos comprobatórios da situação econômico financeira do candidato, de acordo com a condição em que ele se enquadrar, deverá ser entregue ou enviado em envelope fechado, no período de 02 de outubro de 2017 a 06 de outubro de 2017, por uma das seguintes formas:
 - a) Pessoalmente ou por terceiro, no endereço: Avenida Francisco Sales, 540 Floresta BH/MG, nos dias úteis, das 9h00min às 12h00min e das 13h30min às 17h00min (exceto sábados, domingos e feriados); ou
 - b) Via Sedex ou por carta, ambos com Aviso de Recebimento (AR), à FUMARC Concursos, Rua Diamante, nº 1100, Bairro São Joaquim, CEP: 32113-000, Contagem/MG, com os custos correspondentes por conta do candidato
- 6.12- O envelope deverá conter em sua face frontal os seguintes dados:

CONCURSO PÚBLICO CEMIG MÉDICO DO TRABALHO - EDITAL 01/2017

REFERÊNCIA: PEDIDO DE ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

NOME COMPLETO DO CANDIDATO:

NÚMERO DE CONTROLE:

- 6.13- A comprovação da tempestividade da solicitação de isenção do pagamento do valor da inscrição será feita pela data de postagem nos Correios ou pela data de protocolo de entrega dos documentos na FUMARC.
- 6.14- Cada candidato deverá encaminhar individualmente seu Requerimento de Isenção e sua documentação comprobatória, sendo vedado o envio de documentos de mais de um candidato no mesmo envelope.
- 6.15- Não serão analisados os documentos encaminhados em desconformidade com o previsto neste Edital.
- 6.16- O candidato poderá ser convocado para apresentar documentação original, bem como outros documentos complementares, não sendo admitido em hipótese alguma a apresentação ou inclusão, em grau de recurso, de novos documentos.
- 6.17- A solicitação de isenção do pagamento do valor da inscrição que não atender a qualquer das exigências determinadas neste Edital será indeferida.
- 6.18- Não serão considerados as solicitações de Isenção do Valor da Taxa de Inscrição encaminhadas via fax, correio eletrônico ou qualquer outra forma que não seja prevista neste Edital, assim como aquelas apresentadas fora do prazo determinado no item 6.1 deste Edital.
- 6.19- As solicitações de isenção do pagamento do valor da inscrição deste Concurso Público serão analisadas pela FUMARC, salvo a condição prevista no item 6.7.1, cuja consulta será feita ao órgão gestor de CadÚnico, o qual deliberará sobre o deferimento ou indeferimento da solicitação de isenção.
- 6.20- Não será concedida isenção do pagamento do valor da taxa de inscrição ao candidato que:
 - a) Deixar de solicitar o pedido de isenção dentro do período fixado ou por meio distinto do previsto neste edital;
 - Não observar os prazos para entrega e postagem do Requerimento de Isenção da Taxa, da documentação comprobatória e das declarações previstas neste Edital;
 - c) Não assinar e/ou não entregar o Requerimento de Isenção da Taxa;
 - d) Não enviar a documentação comprobatória e declarações previstas neste Edital, de acordo com o seu enquadramento;



- e) Omitir informações e/ou torná-las inverídicas;
- f) Não enviar as declarações, de próprio punho, de acordo com o seu enquadramento, exigidas nos itens referentes ás situações de desempregado ou que não tenha tido vínculo empregatício.
- 6.21- O resultado da análise da documentação apresentada para solicitação de isenção do pagamento da taxa de inscrição será feito por meio de publicação oficial e divulgado no endereço eletrônico da FUMARC <www.fumarc.com.br>, até o dia 17 de outubro de 2017.
- 6.22- O candidato poderá consultar o motivo do indeferimento do seu Pedido de Isenção, acessando o endereço eletrônico da FUMARC <www.fumarc.com.br>, por meio de Consulta Individual.
- 6.23- Caberá recurso quanto ao indeferimento da solicitação de isenção do pagamento do valor da inscrição deste Concurso Público, conforme previsto no item 11.1, alínea "b" deste Edital.
- 6.24- O candidato que tiver seu pedido de isenção do pagamento da taxa de inscrição indeferido poderá recorrer desta decisão, e, após fase recursal, em sendo o recurso julgado improcedente, poderá efetuar sua inscrição, imprimindo o boleto bancário e efetuando o pagamento do valor da inscrição até o dia 06 de novembro de 2017.
- 6.25- O candidato que não regularizar sua inscrição por meio do pagamento do boleto bancário não terá o pedido de inscrição efetivado.
- 6.26- O candidato cujo requerimento de isenção do pagamento da taxa for deferido estará automaticamente inscrito, devendo consultar e imprimir o seu Cartão de Informação CDI, em conformidade com o item 8 deste Edital.
- 6.27- Constatada a irregularidade no deferimento da isenção, a inscrição do candidato será automaticamente cancelada, sendo considerados nulos todos os atos dela decorrentes, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

7- Das vagas Destinadas a Pessoas com Deficiência

- 7.1- Disposições Gerais
- 7.1.1- Às pessoas com deficiência que pretendam fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas no inciso VIII do art. 37 da Constituição da República, na Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, nos Decretos Federais nºs 3298, de 20/12/99 e 5296, de 02/12/04, bem como na Súmula nº 377 do Superior Tribunal de Justiça, é assegurado o direito de inscrição para a função em Concurso Público cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras.
- 7.1.2- Para fins de identificação de cada tipo de deficiência, adotar-se-á a definição contida no art. 4º do Decreto Federal nº. 3.298, de 20 de dezembro de 1999, que regulamentou a Lei nº. 7.853, de 1989, com as alterações advindas do Decreto Federal nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, bem como a Súmula 377 do STJ.
- 7.1.3- As deficiências dos candidatos, admitida a correção por equipamentos, adaptações, meios ou recursos especiais, devem permitir o desempenho adequado das atribuições especificadas para a função.
- 7.1.4- Conforme estabelecido na Lei Estadual 11.867/95, fica a administração pública direta e indireta do Estado obrigada a reservar 10% (dez por cento) dos cargos ou empregos públicos, em todos os níveis, para pessoas com deficiência. De acordo com o § 1º do art. 1º da referida lei, quando a aplicação do percentual supramencinado resultar em número fracionário, arredondar-se-á a fração igual ou superior a 0,5 (cinco décimos) para o número inteiro subsequente e a fração inferior a 0,5 (cinco décimos) para o número inteiro anterior.
- 7.1.4.1-Não haverá reservas de vagas para pessoas com deficiência para provimento imediato, em razão do quantitativo de vagas oferecido.
- 7.1.4.2- A aplicação do percentual de 10% (dez por cento) sobre as 4 (quatro) vagas ofertadas neste Edital resulta no número fracionário de 0,4 (quatro décimos), devendo ser arredondado para o número inteiro anterior, conforme o § 1º do art. 1º da Lei Estadual 11.867/95, não cabendo, portanto, reserva de vaga para pessoas portadoras de deficiência.
- 7.1.4.3-Havendo acréscimo de vagas, a 1ª (primeira) convocação de candidato com deficiência classificado deverá ocorrer quando da 5ª (quinta) vaga da função contemplada neste Edital. As



- demais convocações ocorrerão na 11ª (décima primeira), 21ª (vigésima primeira), 31ª (trigésima primeira) vagas e assim sucessivamente, durante o prazo de validade deste Concurso Público.
- 7.1.4.4-Em caso de acréscimo de vagas, na falta de candidatos aprovados para as vagas decorrentes do percentual definido por Lei para as pessoas com deficiência, essas serão preenchidas pelos demais candidatos, observando-se a ordem de classificação geral.
- 7.1.4.5-Depois de preenchidas todas as vagas para a função, a manutenção do percentual legal será garantida com a contratação de deficientes apenas para substituir pessoas com deficiência que tenham deixado a função.
- 7.1.5- Os candidatos com deficiência, resguardadas as condições previstas no Decreto Federal n. 3.298/1999, particularmente em seu art. 40, e neste Edital, participarão deste Concurso Público em igualdade de condições com os demais candidatos, no que concerne ao conteúdo das provas, à avaliação e aos critérios de aprovação, ao dia, horário e local de aplicação das provas e à nota mínima exigida para aprovação e a todas as demais normas de regência do Concurso Público.
- 7.1.6- Os candidatos com deficiência classificados, que vierem a ser convocados para os procedimentos pré-admissionais, serão submetidos, nos exames médico-psicológicos, à perícia específica destinada a verificar a existência da deficiência declarada, observado o Decreto Federal 3.298 de 20/12/99, alterado pelo Decreto Federal 5.296 de 02/12/04, bem como a Súmula 377 do STJ e a compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições a serem desempenhadas na função especificada neste edital e em seus anexos.
- 7.1.6.1- A compatibilidade da deficiência com o exercício das atribuições da função, citado no item 7.1.6 será definida, exclusivamente, pela Gerência de Saúde, Higiene e Segurança do Trabalho da CEMIG, podendo a áreal médica solicitar avaliação de um especialista na área da respectiva deficiência, para comprovação da deficiência, cabendo recurso contra essa decisão.
- 7.1.6.2- O candidato que, após a perícia, não for considerado deficiente nos termos do Decreto Federal nº 3.298/99, alterado pelo Decreto Federal 5.296/04, bem como a Súmula 377 do STJ permanecerá somente na lista de ampla concorrência de classificação da função para a qual se inscreveu.
- 7.1.6.3- O candidato com deficiência classificado na Prova Objetiva submeter-se-á à perícia especifíca, sem nenhuma diferença dos candidatos não deficientes, considerando as exigências físicas e aptidões necessárias para exercer as atividades inerentes à função, em conformidade com o estabelecido neste Edital. Sua admissão somente será efetuada se for considerado apto na Perícia Médica.
- 7.1.7. Todos os procedimentos da Perícia Médica ocorrerão sem qualquer ônus para o candidato.
- 7.2-Procedimentos para inscrição das pessoas com deficiência
- 7.2.1- Para concorrer às vagas reservadas e ter as condições especiais atendidas para realização das provas, a pessoa com deficiência, além de observar os procedimentos descritos no item 5 e seus subitens deste Edital, deverá durante o preenchimento do Requerimento Eletrônico de Inscrição ou Isenção, proceder da seguinte forma:
 - a) Informar se possui deficiência;
 - b) Manifestar interesse em concorrer às vagas reservadas as pessoas com deficiência;
 - c) Selecionar o tipo de deficiência;
 - d) Informar se necessita de condições especiais para a realização das provas;
 - e) Enviar laudo médico nos termos dos itens 7.2.4 e 7.2.4.1 deste Edital.
- 7.2.2- A pessoa com deficiência que não preencher os campos específicos do Requerimento Eletrônico de Inscrição ou de Isenção e não cumprir o determinado no item 7.2 e seus subitens, terá a sua inscrição processada como candidato de ampla concorrência, bem como não terá atendidas as condições especiais para realização das provas, não podendo alegar posteriormente essa condição para reivindicar a prerrogativa legal.
- 7.2.3- A pessoa com deficiência que desejar concorrer apenas às vagas reservadas para ampla concorrência poderá fazê-lo por opção e responsabilidade pessoal, informando a referida opção no Requerimento Eletrônico de Inscrição ou de Isenção, não podendo, a partir de então, concorrer às vagas reservadas para pessoas com deficiência, conforme disposição legal.



- 7.2.4- A pessoa com deficiência que desejar concorrer às vagas reservadas e ter as condições especiais atendidas deverá no prazo de inscrições estabelecido no item 5.2.2, entregar ou enviar Laudo Médico, no original ou em cópia autenticada em serviço notarial e de registros (Cartório de Notas), expedido no prazo máximo de 90 (noventa) dias antes do término das inscrições, o qual deverá atestar a espécie e o grau ou nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença (CID-10), com a provável causa da deficiência ou Certificado de Homologação de Readaptação ou Habilitação Profissional emitido pelo INSS, inclusive para assegurar previsão de adaptação da sua prova, nos termos do item 7.2.5 deste Edital.
- 7.2.4.1- O laudo médico citado no item 7.2.4 deste Edital deverá expressar, obrigatoriamente, a categoria em que se enquadra a pessoa com deficiência, nos termos do art. 4º do Decreto Federal n. 3.298/1999 e suas alterações.
- 7.2.5- O Laudo Médico deverá ser entregue ou enviado, até o término das inscrições por uma das seguintes formas:
 - a) Pessoalmente ou por terceiro, no endereço: Avenida Francisco Sales, 540, bairro Floresta BH/MG, das 9h00min às 12h00min e das 13h30min às 17h00min (exceto sábados, domingos e feriados): ou
 - b) Via Sedex ou por carta, ambos com Aviso de Recebimento (AR), à FUMARC Concursos, Rua Diamante, nº 1100, B. São Joaquim, CEP: 32113-000, Contagem/MG. Nesse caso, para sua validade, prevalecerá a data de postagem.
- 7.2.5.1- O Laudo Médico deverá ser entregue em envelope fechado, tamanho ofício, contendo na parte externa frontal, os seguintes dados:

CONCURSO PÚBLICO CEMIG MÉDICO DO TRABALHO - EDITAL nº 01/2017

REFERÊNCIA: LAUDO MÉDICO

NOME COMPLETO DO CANDIDATO:

NÚMERO DE CONTROLE:

- 7.2.5.2- A FUMARC não se responsabiliza por qualquer tipo de extravio que impeça a chegada do laudo médico a seu destino, se enviado via correios.
- 7.2.6- O laudo médico terá validade somente para este Concurso Público e não será devolvido, ficando a sua guarda sob a responsabilidade da CEMIG.
- 7.2.7- Perderá o direito de concorrer às vagas que vierem a surgir no prazo de validade deste Concurso Público, o candidato que não enviar o laudo médico, nas especificações e dentro do prazo definidos no item 7.2 e seus subitens, mesmo que declarada tal condição no Requerimento Eletrônico de Inscrição ou Isenção, sendo o seu nome excluído das vagas reservadas as pessoas com deficiência, permanecendo somente na lista dos candidatos que concorrem às vagas de ampla concorrência.
- 7.3- Procedimentos para solicitação de Condições Especiais para realização das provas
- 7.3.1- A pessoa com deficiência poderá requerer, no ato da inscrição ou isenção, condição especial para realização das provas, indicando as condições de que necessita para a realização destas, conforme previsto no artigo 40, parágrafos 1º e 2º, do Decreto Federal nº 3.298/1999 e suas alterações.
- 7.3.2- A pessoa com deficiência deverá assinalar, no Requerimento Eletrônico de Inscrição ou Isenção, nos respectivos prazos, a condição especial de que necessitar para a realização da prova.
- 7.3.3- A pessoa com deficiência que necessitar de Tempo Adicional para a realização das provas, além de indicar essa necessidade no Requerimento Eletrônico de Inscrição ou Isenção, deverá enviar ou entregar o Laudo Médico acompanhado de parecer emitido por especialista da área de sua deficiência, que justificará a necessidade do tempo adicional solicitado pelo candidato, nos termos do § 2º do art. 40, do Decreto Federal n.º 3.298/1999, até o prazo estabelecido e nas formas previstas no item 7.2.5, deste Edital.



- 7.3.3.1- A concessão de tempo adicional para a realização das provas somente será deferida caso tal recomendação seja decorrente de orientação médica específica contida no laudo médico enviado pelo candidato ou em parecer emitido por profissional de saúde.
- 7.3.4- A pessoa com deficiência visual (cego) que solicitar prova especial em Braile ou Fiscal Ledor, será oferecida prova nesse sistema ou Fiscal Ledor.
- 7.3.5- A pessoa com deficiência visual (amblíope), que solicitar prova especial ampliada, será oferecida prova com tamanho de letra correspondente a corpo 24.
- 7.3.6- A pessoa com deficiência que necessitar transcrever a prova, deverá solicitar auxílio para transcrição das respostas. Neste caso, o candidato terá o auxílio de um fiscal, não podendo a CEMIG e FUMARC serem responsabilizadas, sob qualquer alegação por parte do candidato, por eventuais erros de transcrição cometidos pelo fiscal.
- 7.3.7- A pessoa com deficiência auditiva que solicitar condições especiais será oferecido intérprete de libras somente para tradução das informações e/ou orientações para realização da prova.
- 7.3.8- A realização de provas nas condições especiais solicitadas pelo candidato, assim consideradas aquelas que possibilitam a prestação do exame respectivo, será condicionada à solicitação do candidato e à legislação específica.
- 7.3.9- Dentro das possibilidades técnicas e verificada a legalidade e viabilidade da solicitação do candidato na forma deste Edital, será garantida à pessoa com deficiência a realização de provas adaptadas de acordo com o tipo de deficiência apresentada pelo candidato, a fim de que este possa prestar o Concurso Público em condições de igualdade com os demais.
- 7.3.10- A pessoa com deficiência que eventualmente não proceder conforme disposto no item 7.2.1, não indicando no Requerimento Eletrônico de Inscrição ou Isenção, a condição especial de que necessita, poderá fazê-lo, até o término das inscrições, ainda, por meio de requerimento de próprio punho, datado e assinado, que deverá ser enviado à FUMARC, nas formas previstas no item 7.2.5, acompanhado do respectivo Laudo Médico, conforme disposto no item 7.2.4 neste Edital.
- 7.3.11- Excepcionalmente e a critério médico devidamente comprovado, através de laudo médico, o candidato que <u>não</u> estiver concorrendo às vagas reservadas às pessoas com deficiência e que, em razão de alguma limitação temporária, necessitar de atendimento especial para a realização das provas poderá fazer, até o término das inscrições, por meio de requerimento de próprio punho, datado e assinado, indicando as condições que necessitar para a realização das provas e as razões de sua solicitação, e enviá-lo à FUMARC, nas formas previstas no item 7.2.5, acompanhado do respectivo laudo médico, com as especificações determinadas no item 7.2.4 neste Edital. A concessão do atendimento especial ficará condicionada à análise da viabilidade e possibilidade técnica.
- 7.3.12- A falta de solicitação de tratamento diferenciado para realização da prova, no prazo e forma previstas neste Edital, implicará a sua não concessão, sejam quais forem os motivos alegados, sendo de exclusiva responsabilidade do candidato a opção de realizar ou não a prova sem as condições especiais não solicitadas.
- 7.3.13- Para efeito de atendimento especial, a FUMARC analisará se o Laudo Médico encaminhado pelo candidato, está de acordo com as especificações e os prazos definidos no item 7.2 e seus subitens. Estando em desacordo, o candidato não terá a condição especial atendida, mesmo que a tenha solicitada no ato da inscrição ou isenção, resguardado o direito à ampla defesa.
- 7.3.14- O resultado da análise das solicitações de atendimento especial, será feito por meio de publicação no endereço eletrônico da FUMARC <www.fumarc.com.br> até o dia 14 de novembro de 2017.
- 7.3.15- O candidato poderá consultar o motivo do indeferimento da sua solicitação de atendimento especial acessando o endereço eletrônico da FUMARC <www.fumarc.com.br>, por meio de Consulta Individual.
- 7.4- Candidatas Lactantes Procedimentos da Solicitação da Condição Especial
- 7.4.1- Fica assegurado às LACTANTES o direito de participarem do Concurso, nos critérios e condições estabelecidos pelos artigos 227 da Constituição Federal, artigo 4º da Lei Federal n.º 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e artigos 1º e 2º da Lei Federal n.º 10.048/2000.



- 7.4.2- A candidata que seja mãe lactante deverá requerer o atendimento de próprio punho e encaminhálo a FUMARC, especificando esta condição. O requerimento deverá ser enviado até o encerramento das inscrições e nas formas previstas no item 7.2.5.
- 7.4.2.1- A candidata que não apresentar a solicitação até o encerramento das inscrições e nas formas previstas neste Edital, seja qual for o motivo alegado, poderá não ter a solicitação atendida por questões de não adequação das instalações físicas do local de realização das provas.
- 7.4.3- Nos horários previstos para amamentação, a mãe poderá retirar-se, temporariamente, da sala em que estarão sendo realizadas as provas, para atendimento ao seu bebê, em sala especial a ser reservada pela Coordenação.
- 7.4.3.1- Não haverá compensação do tempo de amamentação em favor da candidata.
- 7.4.3.2-Para a amamentação o bebê deverá permanecer no ambiente a ser determinado pela Coordenação.
- 7.4.4- A criança deverá estar acompanhada somente de um maior de 18 (dezoito) anos, capaz, responsável por sua guarda (familiar ou terceiro indicado pela candidata), e a permanência temporária desse adulto, em local apropriado, será autorizada pela Coordenação deste concurso público.
- 7.4.4.1- A candidata nesta condição que não levar acompanhante, não realizará as provas.
- 7.4.4.2- A FUMARC não disponibilizará acompanhante para guarda de criança.
- 7.4.5- A candidata, durante o período de amamentação, será acompanhada de uma "Fiscal" da FUMARC, sem a presença do responsável pela guarda da criança, que garantirá que sua conduta esteja de acordo com os termos e condições deste Edital.

8- Cartão de Informação - CDI / Local de Realização das Provas

- 8.1- <u>Não será enviado</u>, via Correios, o Cartão de Informação de realização das provas.
- 8.2- O Cartão de Informação (CDI) contendo a data, o horário e o local da realização das Provas será disponibilizado, para consulta e impressão pelo próprio candidato, em até 05 (cinco) dias úteis antes da data provável de aplicação das provas no endereço eletrônico da FUMARC www.fumarc.com.br.
- 8.3- Caso o candidato não consiga obter o CDI, após ser disponibilizado conforme item 8.2, deverá entrar em contato com a FUMARC, no endereço eletrônico <www.fumarc.com.br>, ou pelo telefone (31) 3249-7455 ou comparecer no endereço: Avenida Francisco Sales, 540, bairro Floresta BH/MG, das 9h00min às 12h00min e das 13h30min às 17h00min (exceto sábados, domingos e feriados), munido do boleto bancário, juntamente com o comprovante de pagamento devidamente quitado, até o dia 01 de dezembro de 2017.
- 8.4- É de exclusiva responsabilidade do candidato que tiver sua inscrição deferida, consultar e imprimir no endereço eletrônico <www.fumarc.com.br> Cartão de Informação CDI, onde constarão a data, horário e local de realização das provas.
- 8.5- No CDI estarão expressos o nome completo do candidato, o número do documento de identidade, a data de nascimento, as datas, os horários, os locais de realização das provas (escola/prédio/sala) e outras orientações úteis ao candidato.
- 8.6- É obrigação do candidato conferir no CDI seu nome, o número do documento utilizado na inscrição, a sigla do órgão expedidor, bem como a data de nascimento.
- 8.7- Eventuais erros de digitação ocorridos no nome do candidato, na sua data de nascimento, no número do documento de identidade utilizado na inscrição, ou na sigla do órgão expedidor, constantes do CDI deverão ser comunicados pelo candidato ao aplicador de provas no dia, no horário e no local de realização da prova objetiva e constarão na Ata de Ocorrências da sala.
- 8.7.1- Caso o candidato não comunique o erro de digitação referente a sua data de nascimento em até 48 horas após a aplicação das provas arcará com o prejuízo advindo de tal erro.
- 8.8- Em nenhuma hipótese serão efetuadas alterações e/ou retificações nos dados informados ou confirmados pelo candidato no Requerimento Eletrônico de Inscrição ou na Requerimento de



Isenção de Taxa, relativos à função, cidade de trabalho e a cidade de prova indicados no ato da inscrição ou do pedido de isenção, bem como à condição em que concorre.

- 8.9- O candidato não poderá alegar desconhecimento acerca da data, horário e local de realização das provas, para fins de justificativa de sua ausência.
- 8.10- É de exclusiva responsabilidade do candidato, tomar ciência do trajeto até o local de realização das provas, a fim de evitar eventuais atrasos, sendo aconselhável ao candidato visitar o local de realização das provas com antecedência.
- 8.11- Não haverá segunda chamada seja qual for o motivo alegado para justificar o atraso ou a ausência do candidato.
- 8.12- O não comparecimento às provas, por qualquer motivo, caracterizará a desistência do candidato e resultará em sua eliminação deste Concurso Público.
- 8.13- O candidato que, por qualquer motivo, não visualizar o seu Cartão de Informação (CDI), mas que apresente o respectivo comprovante de pagamento, efetuado nos moldes previstos neste Edital, poderá participar do Concurso Público.
- 8.13.1- Para ser incluído, o candidato deverá entrar em contato com a FUMARC imediatamente após a disponibilização do CDI, de que trata o item 8.2, pelo telefone (31)3249-7455, para ser informado do local onde realizará as provas, onde deverá ser preenchido e assinado, no dia da prova, formulário específico.
- 8.13.2- A inclusão de que trata o item anterior será realizada de forma condicional, sujeita a posterior verificação quanto à regularidade da referida inscrição.
- 8.13.3- Constatada a irregularidade da inscrição, a inclusão do candidato será automaticamente cancelada, considerados nulos todos os atos dela decorrentes.

9- Do Processo Seletivo

- 9.1- O concurso público constará de provas objetivas de múltipla escolha, de caráter eliminatório e classificatório, a serem aplicadas pela FUMARC, a todos os candidatos, contendo 70 (setenta) questões elaboradas pelo sistema de múltipla escolha com 04 (quatro) alternativas de respostas, das quais apenas 01 (uma) resposta será correta, sendo cada questão com o valor de 01 (um) ponto. O conteúdo programático das provas encontra-se no Anexo D.
- 9.1.1- Serão aplicadas as seguintes provas objetivas de múltipla escolha:

Prova	Área de Conhecimento	Nº de Questões
P1	Conhecimentos Específicos	30
P2	Interpretação de Texto/Português Instrumental	20
P3	Raciocínio Lógico	10
P4	Inglês Intermediário	10

9.1.1.1- Será aprovado o candidato que:

- a) obtiver nota igual ou superior a 60% dos pontos possíveis em P1;
- b) obtiver nota igual ou superior a 50% dos pontos possíveis em cada prova de P2, P3 e P4.
- 9.1.1.2- A classificação dos candidatos obedecerá ao somatório dos pontos obtidos nas quatro provas. Havendo empate na apuração total dos pontos, será dada preferência para efeito de classificação final, pela ordem, ao candidato que sucessivamente:
 - a) Tiver idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, completados até a data de encerramento das inscrições, na forma do disposto no parágrafo único do art. 27 da Lei nº 10.741, de 01 de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso).
 - b) Obtiver o maior número de pontos na prova de conhecimentos específicos (P1);
 - c) Obtiver o maior número de pontos na prova de interpretação de texto/português instrumental (P2);
 - d) Obtiver o maior número de pontos na prova de raciocínio lógico (P3);



- e) Obtiver o maior número de pontos na prova de inglês técnico intermediário (P4);
- f) For o mais velho, considerando ano, mês e dia de nascimento informados pelo candidato no Requerimento Eletrônico de Inscrição ou Isenção;
- g) Ainda assim permanecendo o empate, Sorteio Público a ser realizado pela CEMIG.
- 9.1- O resultado será homologado e publicado no jornal Oficial de Minas Gerais e divulgado, também nos endereços eletrônicos da FUMARC, <www.fumarc.com.br> e da CEMIG, <www.cemig.com.br/pt-br/Recursos_Humanos/Carreiras>.
- 9.2.1- A publicação de que trata o item anterior contemplará, separadamente, os candidatos aprovados em ampla concorrência, por ordem de classificação, e os candidatos com deficiência, por ordem de classificação.
- 9.2.2- No resultado final constarão o nome do candidato, o número de inscrição, o número de identidade, o somatório das notas, a data de nascimento e a classificação final.
- 9.2- Na publicação no jornal Oficial de Minas Gerais constarão somente os candidatos aprovados nos termos do item 9.1.1.1.
- 9.3- Os candidatos não aprovados nas provas serão excluídos do Concurso.
- 9.4.1-Os candidatos não aprovados poderão obter informação sobre a sua situação neste Concurso Público através de Consulta Individual no endereço eletrônico da FUMARC www.fumarc.com.br> após a publicação de que trata o item 9.2.
- 9.4- Não será possível o conhecimento de qualquer resultado, nota ou classificação, via telefone, fax ou e-mail.

10- Das Condições para Realização das Provas

- 10.1- As Provas Objetivas de Múltipla Escolha serão aplicadas na data provável de 03 de dezembro de 2017, no município de Belo Horizonte/MG e, se necessário, em municípios próximos, com horário, dia e locais indicados no Cartão de Informação-CDI.
- 10.2- Em nenhuma hipótese será permitido ao candidato prestar provas fora da data, da cidade, do horário estabelecido ou do espaço físico determinado pela FUMARC.
- 10.3- Não haverá segunda chamada para quaisquer das provas, seja qual for o motivo alegado para justificar o atraso ou a ausência do candidato. A ausência do candidato, por qualquer motivo, inclusive doença ou atraso, implicará na sua eliminação do Concurso Público.
- 10.4- As provas objetivas de múltipla escolha terão duração de no mínimo 1 (uma) hora e no máximo de 05 (cinco) horas.
- 10.5- A CEMIG e a FUMARC não assumem qualquer responsabilidade quanto ao transporte, alojamento e alimentação dos candidatos residentes ou domiciliados em Belo Horizonte ou em outro município, que exija o deslocamento para a realização das provas.
- 10.6- O candidato somente poderá realizar a prova na data, local e horário definido no Cartão de Informação CDI.
- 10.7- O candidato não poderá alegar desconhecimento acerca da data, horário e local de realização de quaisquer das provas, para fins de justificativa de sua ausência.
- 10.8- Não haverá prorrogação do tempo de duração de quaisquer das provas, salvo na hipótese prevista no item 7.3.3 deste Edital.
- 10.9- Os candidatos somente poderão ausentar-se do recinto de realização das provas objetivas, decorrida 1 (uma) hora do início de aplicação das mesmas, por motivo de segurança.
- 10.10- O candidato que, por qualquer motivo se recusar a permanecer em sala durante o período mínimo estabelecido no item 10.9 terá o fato consignado em ata e será automaticamente eliminado do Concurso Público.
- 10.11- A inviolabilidade dos malotes das provas objetivas será comprovada no momento do rompimento de seus lacres, mediante termo formal, na presença de, no mínimo, três candidatos convidados aleatoriamente nos locais de realização das provas.



- 10.12- A inviolabilidade dos pacotes das provas objetivas será comprovada no momento do rompimento do lacre dos pacotes, na presença de todos os candidatos, nas salas de realização das provas.
- 10.13- Durante o período de realização das provas, não será permitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos ou entre estes e pessoas estranhas, oralmente ou por escrito, assim como não será permitido o uso de livros, códigos, manuais, impressos, anotações ou quaisquer outros meios.
- 10.14- O candidato não poderá fazer anotação de questões ou informações relativas às suas respostas em quaisquer outros meios que não os permitidos nesse Edital e seus anexos, especificados na capa da prova.
- 10.15- O tempo de duração das provas objetivas abrange a assinatura da Folha de Respostas e a transcrição das respostas do Caderno de Questões da Prova Objetiva para a Folha de Respostas oficial.
- 10.16- Não será permitida, nos locais de realização das provas, a entrada e/ou permanência de pessoas não autorizadas pela FUMARC, salvo o previsto no item 7.4.4 deste Edital.
- 10.17- Não será permitida a entrada de candidato no estabelecimento onde serão aplicadas as provas após o fechamento dos portões e, nessa hipótese, o candidato será automaticamente eliminado desse Concurso Público.
- 10.18- O candidato deverá comparecer ao local de realização das provas, com antecedência mínima de 60 (sessenta) minutos do horário previsto para início de realização das provas, munido do original de documento de identidade oficial com foto, que tenha sido indicado no Requerimento Eletrônico de Inscrição ou de Isenção, de caneta esferográfica ponta grossa (tinta preta ou azul), fabricada em material transparente, lápis e borracha, e, preferencialmente, do Cartão de Informação-CDI ou do boleto original quitado com comprovante de pagamento.
- 10.19- Os candidatos não poderão utilizar-se, em hipótese alguma, de lapiseira, corretivos ou lápisborracha ou outro material distinto do constante no item 10.18 deste Edital.
- 10.20- O ingresso do candidato na sala para a realização das provas somente será permitido dentro do horário estabelecido pela FUMARC, informado no Cartão de Informação ou divulgado na forma prevista neste Edital e seus anexos.
- 10.21- Somente será admitido no local de realização das provas, o candidato que estiver previamente inscrito e munido de seu documento de identidade, sendo exigida a apresentação do documento original e válido, não sendo aceita cópia, mesmo que autenticada.
- 10.22- Será obrigatória a apresentação de documento de identidade original no dia e no local das provas. No caso de perda, roubo ou na falta do documento de identificação com o qual se inscreveu neste Concurso Público, o candidato poderá apresentar outro documento de identificação equivalente, conforme disposto no item 10.24 deste Edital.
- 10.23- O comprovante de pagamento de inscrição e o Cartão de Informação (CDI), por si só, não será aceito para a identificação do candidato.
- 10.24- São considerados documentos de identidade, válidos: carteiras expedidas pelos Ministérios Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelos Institutos de Identificação e pelos Corpos de Bombeiros Militares; carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (ordens, conselhos, etc); passaporte; certificado de reservista; carteiras funcionais do Ministério Público; carteiras funcionais expedidas pelo órgão público que, por lei federal, valham como identidade; carteira de trabalho; carteira nacional de habilitação com fotografia (modelo novo).
- 10.25- Não serão aceitos, por serem documentos destinados a outros fins, Protocolos, Boletim de Ocorrência, Certidão de Nascimento, Título Eleitoral, Carteira Nacional de Habilitação emitida anteriormente à Lei Federal n.º 9.503/97, Carteira de Estudante, Crachás, Identidade Funcional de natureza pública ou privada, cópias dos documentos citados, ainda que autenticadas, ou quaisquer outros documentos não constantes deste Edital.
- 10.26- O documento de identificação deverá estar em perfeita condição a fim de permitir, com clareza, a identificação do candidato e deverá conter, obrigatoriamente, filiação, fotografia, data de nascimento e assinatura.
- 10.27- Não serão aceitos documentos de identificação com prazos de validade vencidos, ilegíveis, não



identificáveis e/ou danificados.

- 10.28- O candidato que não apresentar documento de identidade oficial e válido, conforme descrito no item 10.22 deste Edital, não poderá fazer as provas.
- 10.29- Depois de identificado e acomodado na sala das provas, o candidato não poderá manusear nenhum dos equipamentos eletrônicos proibidos pelo Edital, bem como consultar ou manusear qualquer material de estudo ou de leitura enquanto aguarda o horário de início da prova, bem como somente poderá deixar a sala/local de realização das provas, mediante consentimento prévio, acompanhado de um fiscal ou sob fiscalização da equipe de aplicação de provas.
- 10.30- Durante o período de realização das provas, não será permitido o uso de óculos escuros, boné, chapéu, gorro, lenço, colar, brinco ou similares, abafadores auriculares, tampões e/ou similares, fazer uso ou portar, mesmo que desligados, telefone celular, relógios de qualquer tipo, agenda eletrônica, calculadora, notebook, ipod, tablet, gravador, transmissor/receptor de dados, mensagens ou imagens de qualquer tipo ou qualquer outro equipamento eletrônico, qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos ou entre estes e pessoas estranhas, oralmente ou por escrito, assim como não será permitido anotação de informações relativas às questões das provas e suas respostas (copiar gabarito) fora dos meios permitidos, uso de notas, anotações, livros, impressos, manuscritos, códigos, manuais ou qualquer outro material literário ou visual. O descumprimento desta instrução implicará na eliminação do candidato.
- 10.31- Telefone celular, rádio comunicador e aparelhos eletrônicos dos candidatos, enquanto na sala de provas, deverão permanecer desligados, tendo sua bateria retirada, sendo acomodados em local a ser indicado pelos fiscais de sala de prova.
- 10.32- No caso dos telefones celulares, do tipo smartphone, em que não é possível a retirada da bateria, os mesmos deverão ser desligados sendo acomodados em local a ser indicado pelos fiscais de sala de prova. Caso tais aparelhos emitam qualquer som, o candidato poderá ser eliminado do Concurso Público.
- 10.33- O candidato que, durante a realização das provas, for encontrado portando qualquer um dos objetos especificados nos itens 10.30 e 10.34, incluindo os aparelhos eletrônicos citados, mesmo que desligados, terá a ocorrência registrada em Ata, que será avaliada pela Comissão do Concurso Público da CEMIG, podendo ser eliminado do Concurso Público.
- 10.34- É vedado o ingresso de candidato na sala de provas portando arma de fogo ou objetos similares, mesmo que possua a respectiva autorização de porte.
- 10.35- A FUMARC recomenda que o candidato leve apenas os objetos citados no item 10.18 deste Edital. Caso assim não proceda, os pertences pessoais serão deixados em local indicado pelos fiscais durante todo o período de permanência dos candidatos no local da prova, não se responsabilizando a FUMARC nem a CEMIG por perdas, extravios ou danos que eventualmente ocorrerem.
- 10.36- Os objetos ou documentos perdidos durante a realização das provas, que porventura venham a ser entregues à FUMARC, serão guardados pelo prazo de 30 (trinta) dias e encaminhados posteriormente à seção de achados e perdidos da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos-ECT.
- 10.37- Para garantir a segurança do Concurso Público, o candidato poderá ser submetido a detector de metais durante a realização das provas.
- 10.38- Os candidatos com cabelos longos devem comparecer com os cabelos presos, deixando as orelhas à mostra.
- 10.39- Após sinal sonoro, iniciam-se os procedimentos operacionais relativos à aplicação das provas, quando serão observadas as condições abaixo:
- 10.39.1- As instruções constantes nos Cadernos de Provas e na Folha de Respostas bem como as orientações e instruções expedidas pela FUMARC durante a realização das provas complementam este Edital e deverão ser rigorosamente observadas e seguidas pelo candidato.
- 10.39.2- O candidato deverá apor sua assinatura na Lista de Presença e na Folha de Respostas de acordo com aquela constante no seu documento de identidade.
- 10.39.3- Somente serão permitidos assinalamentos na Folha de Respostas feitos pelo próprio candidato, com caneta esferográfica ponta grossa (tinta preta ou azul), fabricada em material



transparente, sendo vedada qualquer participação de terceiros, respeitadas as condições solicitadas e concedidas as pessoas com deficiência.

- 10.39.4- Não haverá substituição da Folha de Respostas por erro do candidato.
- 10.39.5- O candidato não poderá amassar, molhar, dobrar, rasgar ou, de qualquer modo, danificar sua Folha de Respostas, sob pena de arcar com os prejuízos advindos da impossibilidade de sua correção.
- 10.39.6- Será considerada nula a Folha de Respostas que estiver marcada ou escrita, respectivamente, a lápis, bem como contendo qualquer forma de identificação do candidato fora do lugar especificamente indicado para tal finalidade.
- 10.39.7- Ao terminar o tempo máximo determinado neste Edital para a realização das provas objetivas, o candidato entregará, obrigatoriamente, ao fiscal de sala, o Caderno de Provas e a Folha de Respostas, devidamente preenchida e assinada.
- 10.40- Na correção das Folhas de Respostas da Prova Objetiva, será atribuída nota zero à questão sem opção assinalada, com rasuras ou com mais de uma opção assinalada.
- 10.41- Ao terminar as provas, os candidatos deverão se retirar imediatamente do local, ressalvadas as condições estabelecidas nos itens 10.9. e 10.42, não sendo possível nem mesmo a utilização dos banheiros.
- 10.42- Os 3 (três) últimos candidatos em sala somente poderão deixar a sala de realização das provas objetivas de múltipla escolha, juntos, após procederem com os Fiscais a conferência e o correto armazenamento das Folhas de Respostas, além de assinarem a Ata da Sala, atestando a idoneidade da aplicação das provas.
- 10.43- O candidato que não cumprir o disposto no item 10.42, insistindo em sair da sala de realização das provas objetivas sem cumprir o determinado no item anterior, deverá assinar termo constando os motivos do descumprimento. O Termo será enviado à Comissão do Concurso Público para providências e o candidato poderá ser eliminado do Concurso Público. Caso o candidato se negue a assinar o referido Termo, este será assinado e testemunhado por 2 (dois) outros candidatos, pelos fiscais e pelo Coordenador de Prédio local.
- 10.44- No dia da realização das provas, não serão fornecidas por qualquer membro da equipe de aplicação das provas e/ou pelas autoridades presentes, informações referentes ao conteúdo das provas e/ou critérios de avaliação/classificação.
- 10.45- Poderá ser eliminado do Concurso Público o candidato que:
 - a) Apresentar-se após o fechamento dos portões ou fora dos locais determinados;
 - b) Não comparecer à prova, seja qual for o motivo alegado;
 - c) Não apresentar o documento de identidade exigido no item 10.22 ou quaisquer dos documentos oficiais equiparados conforme previstos no item 10.24 deste Edital;
 - d) Estabelecer comunicação, por qualquer meio, com outros candidatos ou com pessoas estranhas a este Concurso Público;
 - e) Portar arma(s) no local de realização das provas, ainda que de posse de documento oficial de licença para o respectivo porte;
 - f) Ausentar-se da sala/local de provas sem o acompanhamento do fiscal ou deixar o local de provas antes de decorrida 1 (uma) hora de seu início.
 - g) Fizer uso de notas, anotações, livros, impressos, manuscritos, códigos, manuais ou qualquer outro material literário ou visual, salvo se expressamente admitido no Edital;
 - h) For surpreendido usando e/ou portando algum dos objetos indicados nos itens 10.30 e
 - i) Não prender os cabelos longos deixando à mostra as orelhas;
 - j) Não entregar o Caderno de Prova e a Folha de Respostas ao terminar a duração de realização das provas;
 - k) Fizer anotação de informações relativas às questões das provas e suas respostas (copiar gabarito) fora dos meios permitidos;
 - I) Ausentar-se da sala de prova, portando a Folha de Respostas e/ou Caderno de Prova;
 - m) Utilizar ou tentar utilizar meios fraudulentos ou ilegais para obter aprovação própria ou de terceiros, em qualquer fase do Concurso Público;



- n) Não permitir a coleta de sua assinatura;
- o) Recusar a submeter-se ao sistema de detecção de metal;
- p) Recusar-se a cumprir o previsto nos itens 10.9, 10.42. e 10.43.
- q) Fotografar, filmar ou, de alguma forma, registrar e divulgar imagens e informações acerca dos locais das provas, das provas e de seus participantes;
- r) Desrespeitar, ofender, agredir ou, de qualquer outra forma, tentar prejudicar outro candidato;
- s) Perturbar de qualquer modo a ordem dos trabalhos durante a preparação ou realização das provas;
- t) Tratar com falta de urbanidade examinadores, auxiliares, fiscais ou autoridades presentes;
- Recusar-se a seguir as instruções dadas por membro da Comissão Organizadora, da Banca Examinadora, da equipe de aplicação e apoio às provas ou qualquer outra autoridade presente no local do certame;
- v) Deixar de atender as normas contidas no Caderno de Prova e na Folha de Respostas e demais orientações/instruções expedidas pela FUMARC.
- 10.46- Caso ocorra alguma das situações previstas no item 10.45 deste Edital, a FUMARC lavrará ocorrência e, em seguida, encaminhará o referido documento para a Comissão do Concurso Público da CEMIG, a fim de que sejam tomadas as providências cabíveis.
- 10.47- As questões das Provas Objetivas, os gabaritos e o número de candidatos inscritos para a função e local de trabalho serão divulgados no endereço eletrônico da FUMARC www.fumarc.com.br, no 1º (segundo) dia útil subsequente à realização das provas.

11- Dos Recursos

- 11.1- Caberá recurso fundamentado, dirigido em única e última instância à Comissão do Concurso Público contra todas as decisões proferidas no âmbito desse Concurso Público, que tenham repercussão na esfera de direitos dos candidatos, tais como:
 - a) Anulação e cancelamento da Inscrição, de que trata o item 5.1.13;
 - b) Indeferimento de isenção do valor da taxa de inscrição;
 - c) Indeferimento da inscrição;
 - d) Indeferimento do pedido de atendimento especial e de concorrer na condição de pessoa com deficiência:
 - e) Questões da prova objetiva de múltipla escolha e gabaritos preliminares;
 - f) Totalização dos pontos obtidos na prova objetiva de múltipla escolha, desde que se refira a erro de cálculo das notas e classificação preliminar.
- 11.2- O prazo para a interposição de recursos a que se refere o item 11.1 será de 02 (dois) dias úteis, contados do primeiro dia útil subsequente à data de publicação do objeto do recurso.
- 11.3- O recurso deverá ser redigido utilizando o modelo da Capa e Formulário para Interposição dos recursos disponível no endereço eletrônico <www.fumarc.com.br>.
- 11.4- No caso de recurso previsto no item 11.1 alínea "c", contra indeferimento de inscrição por problemas ocasionados no pagamento da taxa de inscrição, o recurso deverá estar acompanhado, obrigatoriamente, da cópia legível do comprovante de pagamento do valor da taxa de inscrição, bem como de toda a documentação e informações que o candidato julgar necessárias à comprovação da regularidade do pagamento.
- 11.5- No caso de recurso contra a totalização de pontos o candidato deverá registrar o total de pontos obtidos e o total de pontos publicados. Deverá ainda indicar a possível falha na computação de acordo com o disposto neste edital.
- 11.5-1. A imagem digitalizada da Folha de Resposta da Prova Objetiva preenchida pelo candidato será disponibilizada para consulta individual no endereço eletrônico <www.fumarc.com.br>, na mesma data da divulgação da totalização dos pontos, e apenas durante o prazo recursal.



11.6- Os recursos (Capa e Formulário) deverão ser entregues à FUMARC diretamente ou enviados em um único envelope, tamanho ofício, fechado, identificado externamente em sua face frontal com os seguintes dados:

CONCURSO PÚBLICO CEMIG MÉDICO DO TRABALHO - EDITAL Nº 01/2017

REFERÊNCIA: Recurso contra (citar o objeto do recurso)

NOME COMPLETO DO CANDIDATO:

NÚMERO DE CONTROLE:

- 11.7- O recurso (Capa e Formulário) deverá ser entregue ou enviado por uma das seguintes formas:
 - a) Pessoalmente ou por terceiros, no endereço Avenida Francisco Sales, 540 Floresta BH/MG, nos dias úteis, das 9h00min às 12h00min e das 13h30min às 17h00min, exceto sábados, domingos e feriados; ou
 - b) Enviado via SEDEX ou CARTA, ambos com Aviso de Recebimento (AR), endereçado à FUMARC Concursos, Rua Diamante, nº 1.100 bairro São Joaquim CEP 32113-000 Contagem/MG, com os custos correspondentes por conta do candidato.
- 11.7.1- Os recursos deverão obedecer às seguintes especificações:
 - a) Ser preferencialmente digitado;
 - b) Com indicação do número da questão impugnada, da resposta do gabarito oficial e da resposta marcada pelo candidato ou procedimento que está sendo contestado/recorrido;
 - c) Em folhas separadas, com uma capa conforme modelo disponibilizado para cada questão recorrida/objeto, nota ou procedimento, ou seja, cada questão/objeto recorrido deverá ser apresentado em folha separada com a respectiva capa – Todos os recursos do mesmo candidato poderão ser entregues em um único envelope;
 - d) Com identificação do candidato apenas na Capa do recurso;
 - e) Sem qualquer identificação do candidato no corpo do recurso/fundamentação;
 - f) Com argumentação lógica, consistente e acrescido da indicação bibliográfica pesquisada pelo candidato para fundamentar seus questionamentos.
- 11.8- Cada candidato poderá interpor apenas um recurso por questão/objeto, devidamente fundamentado.
- 11.9- Serão indeferidos os recursos que:
 - a) Não estiverem devidamente fundamentados;
 - b) Não apresentarem argumentações lógicas e consistentes;
 - c) Estiverem em desacordo com as especificações contidas no item 11.7.1 deste Edital;
 - d) Estiverem fora do prazo estabelecido no item 11.2;
 - e) Apresentarem no corpo da fundamentação outras questões que não a selecionada para recurso;
 - f) Apresentados contra terceiros;
 - g) Interpostos coletivamente;
 - h) Cujo teor desrespeite a banca examinadora;
 - i) Cópia idêntica de outro(s) recurso(s);
 - j) llegíveis.
- 11.10- Não serão considerados recursos requerimentos, reclamações, notificações extrajudiciais ou quaisquer outros instrumentos similares cujo teor seja objeto de recurso apontado no item 11.1 deste Edital.
- 11.11- A decisão sobre o deferimento ou indeferimento do recurso será publicada conforme previsto neste Edital e disponibilizada nos endereços eletrônicos da FUMARC <www.fumarc.com.br> e CEMIG www.cemig.com.br/pt-br/Recursos_Humanos/Carreiras.
- 11.11.1- A decisão de que trata o item 11.11 terá caráter terminativo e não será objeto de reexame.



- 11.12- A banca examinadora constitui única instância para recurso, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos adicionais.
- 11.13- A fundamentação da decisão relativa ao recurso estará disponível para consulta individual pelo candidato no endereço eletrônico <www.fumarc.com.br>, após a publicação de que trata o item 11.11.
- 11.14- Se, do exame do recurso, resultar anulação da questão de múltipla escolha, os pontos a ela correspondentes serão atribuídos a todos os candidatos, independentemente de interposição de recursos administrativos ou de decisão judicial. Os candidatos que haviam recebido pontos nas questões anuladas, após os recursos, terão esses pontos mantidos sem receber pontuação adicional.
- 11.15- Havendo alteração do gabarito oficial, de ofício ou por força de provimento de recurso, as provas serão corrigidas de acordo com o gabarito revisado.
- 11.16- Na ocorrência dos dispostos nos itens 11.14 e 11.15 deste Edital, poderá haver alteração da classificação inicial obtida para uma classificação superior ou inferior, ou ainda, poderá ocorrer à desclassificação do candidato que não obtiver a nota mínima exigida.

12- Disposições Finais

- 12.1- Ao efetivar a sua inscrição, fica implícito que o candidato conhece e acata as normas do presente Concurso.
- 12.2- A aprovação no Concurso Público regido por este Edital assegurará apenas a convocação dentro do número de vagas previsto neste Edital.
- 12.3- A aprovação de candidatos classificados além do número de vagas previsto neste Edital assegurará apenas a expectativa de direito à contratação, ficando a concretização deste ato condicionada ao surgimento de novas vagas, ao exclusivo interesse e conveniência da CEMIG, à estrita ordem de classificação, dentro do prazo de validade do presente Concurso.
- 12.4- As atividades da função ora em Concurso pressupõem disponibilidade para viagens.
- 12.5- A condução de veículos da Empresa não gera direito à remuneração específica.
- 12.6- Para atender a determinações legais ou a conveniências administrativas, a Empresa poderá alterar seu Plano de Cargos e Remuneração vigente. Todos os parâmetros considerados para as presentes instruções se referem aos termos dos regulamentos em vigor. Qualquer alteração porventura ocorrida no atual sistema, por ocasião da admissão ou readmissão do candidato, significará, por parte deste, a integral e irrestrita adesão ao novo Plano de Cargos e Remuneração.
- 12.7- Os candidatos aprovados no Concurso Público além do número de vagas oferecidas e não convocados de imediato comporão cadastro de reserva, e conforme necessidade e conveniência da Empresa serão convocados para a realização dos procedimentos pré-admissionais, respeitado o percentual de 10% (dez por cento) estabelecido pela Lei Estadual nº 11.867, de 28/07/95, para reserva de vagas às pessoas com deficiência, assim caracterizadas conforme os Decretos Federais nºs 3298, de 20/12/99 e 5296, de 02/12/04, bem como na Súmula nº 377 do Superior Tribunal de Justiça STJ, observadas as exigências de compatibilidade entre a deficiência e as atribuições da função. Havendo acréscimo de vagas, a 1ª (primeira) convocação de candidato com deficiência classificado deverá ocorrer quando da 5ª (quinta) vaga da função contemplada neste Edital. As demais convocações ocorrerão na 11ª (décima primeira), 21ª (vigésima primeira), 31ª (trigésima primeira) vagas e assim sucessivamente, durante o prazo de validade deste Concurso Público, obedecida a ordem de classificação.
- 12.8- A avaliação pré-admissional de saúde será realizada por profissionais da Superintendência de Relações e Recursos Humanos da CEMIG, ou por profissionais por ela contratados para esta finalidade.
- 12.9- Não será fornecido ao candidato, pela CEMIG ou pela FUMARC, qualquer documento comprobatório de classificação no Concurso Público valendo para este fim a homologação divulgada no jornal Oficial de Minas Gerais.



- 12.10- Perderá o direito à vaga o candidato que não comparecer ao local e data indicados em qualquer fase do processo seletivo ou admissional.
- 12.11- As despesas com transporte, alimentação e hospedagem, durante todas as etapas do processo seletivo e admissional, correrão por conta do candidato.
- 12.12- Será vedada a readmissão de ex-empregado da CEMIG ou de suas subsidiárias integrais dispensados por justa causa.
- 12.13- A contratação será de caráter experimental nos primeiros 90 (noventa) dias, ao término dos quais, se o desempenho do(a) profissional for satisfatório, o contrato converter-seá, automaticamente, em prazo indeterminado.
- 12.14- O candidato admitido fará jus aos benefícios e vantagens que estiverem vigorando a época da respectiva admissão, em consonância ao item 3.4.
- 12.15- O candidato que vier a ser convocado para ingresso na Empresa assinará contrato de trabalho que se regerá pelos preceitos da Consolidação das Leis de Trabalho CLT, sujeitando-se às Normas de Recursos Humanos e ao Plano de Cargos e Remuneração vigentes à época da admissão ou readmissão.
- 12.16- É de inteira responsabilidade do candidato manter seus dados cadastrais (endereço, e-mail e telefone) atualizados durante o processo de seleção e da validade deste Concurso Público.
- 12.16.1- Até a publicação do Resultado Final, em caso de mudança de endereço, e-mail e telefones informados, o candidato deverá atualizar estes dados junto à FUMARC, enviando via Sedex ou Carta, ambos com Aviso de Recebimento (AR), endereçado à FUMARC Concursos, Rua Diamante, nº 1.100 bairro São Joaquim CEP 32113-000 Contagem/MG, com os custos correspondentes por conta do candidato.
- 12.16.2- Após a publicação do Resultado Final, o candidato deverá manter seu endereço, e-mail e telefones atualizados, por meio de correspondência assinada pelo candidato, com cópia de documento de identificação referidos no item 10.24, endereçada à Companhia Energética de Minas Gerais CEMIG, A/C. Gerência de Provimento e Gestão de Carreiras RH/PR, na Avenida Barbacena, 1200, 17º andar, ala A2, Bairro Santo Agostinho, Belo Horizonte, MG, CEP 30190-131, visando eventuais convocações, não lhe cabendo qualquer reclamação, caso não seja possível à CEMIG convocá-lo por falta da referida atualização, conforme previsto neste item e no item 12.16.1.
- 12.17- A CEMIG e a FUMARC não se responsabilizam por eventuais falhas no recebimento das correspondências a ele enviadas em decorrência de:
 - a) Insuficiência, falta de atualização, equívoco ou alterações dos dados e endereço por ele fornecidos.
 - b) Correspondência devolvida pelos Correios por razões diversas de fornecimento e/ou endereço errado do candidato;
 - c) Correspondência recebida por terceiros.
- 12.18- Ocorrendo eliminação ou desistência de candidato, poderá haver convocação do próximo candidato, se for interesse da CEMIG, obedecendo-se, sempre e rigorosamente, a classificação final.
- 12.19- Os pedidos de transferência de candidatos que vierem a ser admitidos somente serão aceitos para análise, sob qualquer hipótese, decorridos 03 (três) anos da data de admissão e desde que obedeçam as normas e critérios internos da CEMIG.
- 12.20- Será excluído do concurso o candidato que:
 - a) fizer, em qualquer documento, declaração falsa ou inexata;
 - b) agir com incorreção ou descortesia, para com qualquer membro da equipe encarregada pelo Concurso, em qualquer fase de sua realização;
 - c) utilizar ou tentar utilizar meios fraudulentos para obter aprovação própria ou de terceiros, em qualquer etapa do processo seletivo;
 - d) não atender às determinações regulamentares deste Edital e da CEMIG.



- 12.21- Será anulado o resultado final do candidato que utilizou ou tentou utilizar meios fraudulentos para obter sua aprovação ou de terceiros, mesmo que os fatos venham a ser conhecidos posteriormente à realização do Concurso.
- 12.22- Os prazos estabelecidos neste Edital são preclusivos, contínuos e comuns a todos os candidatos, não havendo justificativa para o não cumprimento e para a apresentação de quaisquer recursos, laudos médicos, pedidos de isenção e/ou de outros documentos após as datas e nas formas estabelecidas neste Edital.
- 12.23- Para contagem do prazo de interposição de recursos, pedidos de isenção e/ou outros documentos, excluir-se-á o dia da publicação e incluir-se-á o último dia do prazo estabelecido neste Edital, desde que coincida com o dia de funcionamento normal da FUMARC. Em caso contrário, ou seja, se não houver expediente normal na FUMARC, o período previsto será prorrogado para o primeiro dia seguinte de funcionamento normal.
- 12.24- Não serão considerados os pedidos de isenção, laudos médicos e os recursos que não atenderem as formas e os prazos determinados neste Edital.
- 12.25- A comprovação da tempestividade dos pedidos de isenção, laudos médicos e/ou outros documentos será feita, quando encaminhados por Sedex ou Carta, ambos com Aviso de recebimento (AR), pela data de postagem constante no envelope e, quando entregues pessoalmente, por protocolo de recebimento atestando exclusivamente a entrega do envelope lacrado. No protocolo, constarão o nome do candidato, a inscrição, o nome da função/cidade de trabalho para o qual concorre e a data de entrega do envelope. O conteúdo do envelope entregue ou encaminhado via SEDEX ou CARTA, é de exclusiva responsabilidade do candidato.
- 12.26- A FUMARC não se responsabiliza por qualquer tipo de extravio que impeça a chegada de documentos quando enviados via Sedex ou Carta, ambos com Aviso de recebimento (AR).
- 12.27- Não serão disponibilizados ao candidato cópias e/ou devolução de recursos, pedidos de isenção, laudos médicos e/ou de outros documentos entregues, ficando a documentação sob a responsabilidade da FUMARC.
- 12.28- Não serão permitidas ao candidato a inclusão, a complementação, a suplementação ou a substituição de documentos durante ou após os períodos recursais previstos neste Edital.
- 12.29- A análise dos recursos e dos indeferimentos de inscrição será de responsabilidade da FUMARC.
- 12.30- Por razões de ordem técnica e de segurança, a FUMARC não fornecerá, para candidatos, autoridades ou instituições de direitos público ou privado, exemplar ou cópia de provas relativas a concursos públicos anteriores.
- 12.31- A CEMIG e a FUMARC não se responsabilizam por quaisquer cursos, textos, apostilas e outros materiais impressos ou digitais referentes às matérias deste Concurso Público ou por quaisquer informações que estejam em desacordo com o disposto neste Edital.
- 12.32- Até a data da homologação, todas informações e orientações a respeito deste Concurso Público, poderão ser obtidas na sede da FUMARC, localizada à Rua Diamante, nº 1.100 São Joaquim Contagem/MG, no horário das 09h00min às 12h00min e das 13h30min às 17h00min (exceto sábados, domingos e feriados), ou pelo telefone (31) 3249-7455 ou no endereço eletrônico da FUMARC <www.fumarc.com.br>.
- 12.34.1- Após a homologação, as informações deverão ser obtidas no endereço eletrônico oficial da CEMIG <www.cemig.com.br/pt-br/Recursos_Humanos/Carreiras> ou pelo e-mail <concursoscemig@cemig.com.br>.
- 12.33- A FUMARC e a CEMIG se responsabilizam a responder aos questionamentos referentes a este certame direcionados somente aos e-mails e endereços eletrônicos indicados neste Edital.
- 12.34- No caso de ocorrência de fato ou situação não prevista, que dificulte ou impossibilite a realização das provas no dia, local e horário estabelecidos, a CEMIG reserva-se o direito de adiar o evento, efetuando a comunicação dessa decisão nos meios de divulgação listados no item 1.3 deste Edital.
- 12.35- Após o término do concurso, a FUMARC encaminhará toda a documentação referente a este certame à CEMIG, que garantirá o arquivamento pelo período mínimo de 05 (cinco) anos.



- 12.36- Será admitida a impugnação do Edital normativo do concurso interposta impreterivelmente e formalmente escrita, até o quinto dia corrido à data de publicação do Edital e será julgada pela Comissão do Concurso, ouvida a FUMARC, no que couber.
- 12.37.1- A impugnação deverá ser dirigida ao Presidente da Comissão do Concurso e entregue ou enviada à FUMARC em envelope fechado, no prazo estabelecido no item 12.38 e por uma das seguintes formas:
 - a) Pessoalmente ou terceiro, na FUMARC Concursos, Rua Diamante, 1.100 São Joaquim Contagem/MG, das 9h00min às 12h00min e das 13h30min às 17h00min, exceto sábados, domingos e feriados; ou
 - b) Via Sedex ou Carta, ambos com Aviso de Recebimento (AR), com custo por conta do candidato, endereçada a FUMARC – Concursos, no endereço: Rua Diamante, 1.100 – São Joaquim – Contagem/MG – CEP: 32113-000
- 12.37- As ocorrências não previstas neste Edital serão resolvidas a critério exclusivo da CEMIG, ouvida a FUMARC no que couber.
- 12.38- A Comissão de Acompanhamento do Concurso poderá, a qualquer tempo, eliminar deste Concurso Público, o candidato que porventura descumprir as normas ou o regulamento do presente edital.
- 12.39- Integram-se a este Edital os seguintes anexos:
 - a) Anexo A Modelos de declarações;
 - b) Anexo B Modelo da Capa e Formulário para Interposição de Recursos;
 - c) Anexo C Requerimento de Devolução da Taxa de Inscrição;
 - d) Anexo D Conteúdo Programático e Bibliografia Sugerida.

Belo Horizonte, 30 de agosto de 2017 Superintendência de Relações e Recursos Humanos



CONCURSO PÚBLICO - EDITAL 01/2017

ANEXO A MODELOS DE DECLARAÇÃO PARA SOLICITAÇÃO DE ISENÇÃO

(ATENÇÃO: não digitar e nem xerocar, copiar os modelos completos de próprio punho, datar e assinar)

MODELO A (para uso no item 6.8.2)

Comissão de análise de pedidos de isenção da taxa de inscrição
Concurso Público CEMIG MÉDICO DO TRABALHO
Eu(nome do candidato)
Data:
Assinatura:
MODEL O. B. (nove use me item C. S. 2)
MODELO B (para uso no item 6.8.2)
À
À
À Comissão de análise de pedidos de isenção da taxa de inscrição
À Comissão de análise de pedidos de isenção da taxa de inscrição Concurso Público CEMIG MÉDICO DO TRABALHO Eu(nome do candidato)



MODELO C (para uso no item 6.8.2)

À
Comissão de análise de pedidos de isenção da taxa de inscrição
Concurso Público CEMIG MÉDICO DO TRABALHO
Eu(nome do candidato)portador do RG ne inscrito no CPF sob o n, declaro para fins de requerimento de isenção do pagamento da taxa de inscrição no Concurso Público CEMIG Médico do Trabalho - Edital 01/2017, que não exerço nenhuma atividade legalmente reconhecida como autônoma.
Data:
Assinatura:
MODELO D (para uso nos itens 6.8.3 e 6.9)
À
Comissão de análise de pedidos de isenção da taxa de inscrição
Concurso Público CEMIG MÉDICO DO TRABALHO
Eu(nome do candidato)portador do RG ne inscrito no CPF sob o n, declaro para fins de requerimento de isenção do pagamento da taxa de inscrição no Concurso Público CEMIG Médico do Trabalho - Edital 01/2017, que nunca tive vínculo Estatutário com o Poder Público Municipal, Estadual ou Federal.
Data:
Assinatura:
MODELO E (para uso nos itens 6.8.4 e 6.9)
À
Comissão de análise de pedidos de isenção da taxa de inscrição
Concurso Público CEMIG MÉDICO DO TRABALHO
Eu(nome do candidato)
Data:
Assinatura:



MODELO F (para uso nos itens 6.8.5 e 6.9)

A	
Comissão de análise de pedidos de isenção da t	axa de inscrição
Concurso Público CEMIG MÉDICO DO TRABAL	.HO
Eu(nome do candidato)	portador do RG ne
inscrito no CPF sob o n	., declaro para fins de requerimento de isenção
do pagamento da taxa de inscrição no Concurs	so Público CEMIG Médico do Trabalho - Edita
01/2017, que nunca exerci nenhuma atividade le	galmente reconhecida como autônoma.
Data:	
Assinatura:	



CONCURSO PÚBLICO - EDITAL 01/2017

ANEXO B CAPA E FORMULÁRIO PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS

INSTRUÇÕES PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS:

- A Não deve conter qualquer identificação do candidato no corpo do Recurso (Argumentação e Pedido).
- **B** A identificação do candidato deverá ser feita SOMENTE na Capa do Recurso.
- C Apresentar uma Capa para cada questão ou objeto de recurso.
- **D** Digitar o recurso de acordo com as especificações estabelecidas no edital.
- **E** No corpo do Recurso, apresentar argumentação lógica e consistente, acrescidos de indicação da bibliografia pesquisada pelo candidato para fundamentar seu questionamento. Utilize quantas linhas ou páginas que precisar.
- **F** Apresentar a fundamentação referente apenas à questão previamente selecionada para recurso.
- **G** Usar um formulário de recurso para cada questão em que solicitar revisão. Não utilize a mesma página para recorrer contra outra questão. Ao terminar sua argumentação e pedido de revisão para uma questão, encerre a página e <u>crie outra capa</u> conforme o modelo e faça outro recurso para a(s) outra(s) questão(ões) que desejar.
- **H** Anexar ao formulário de recursos, documentos que comprovem, para cada caso, sua argumentação e pedido, tais como a bibliografia pesquisada, cópia do AR (Correios), protocolo de entrega, comprovante de pagamento da inscrição, etc.

ATENÇÃO: A inobservância das especificações estabelecidas no edital para apresentação dos recursos, bem como de quaisquer das instruções acima resultará no indeferimento do recurso.



CONCURSO PÚBLICO - EDITAL 01/2017

CAPA PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS

Candidato:
Número de controle/inscrição:
Número do documento de identidade:
Cargo: MÉDICO DO TRABALHO
Data://
Assinatura:
Caberá recurso fundamentado, dirigido em única e última instância à Comissão do Concurso Público con todas as decisões proferidas no âmbito desse Concurso Público, que tenham repercussão na esfera direitos dos candidatos, tais como:
·
() 1 - Indeferimento de isenção do valor da taxa de inscrição;
() 2 - Indeferimento da inscrição;
() 3 - Indeferimento do pedido de atendimento especial e de concorrer na condição de pesso com deficiência;
() 4 - Questões da prova objetiva de múltipla escolha e gabaritos preliminares;
4.1 - Questão recorrida:
4.2 - Opção divulgada no Gabarito:
4.3 - Opção marcada pelo candidato:
 5 - Totalização dos pontos obtidos na prova objetiva de múltipla escolha, desde que se refira erro de cálculo das notas e classificação preliminar.



CONCURSO PÚBLICO - EDITAL 01/2017 FORMULÁRIO PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS

Cargo: MÉDICO DO TRABALHO	Caderno nº:
Prova:	nº da questão:
ARGUMENTAÇÃO LÓGICA DO RECURSO:	
PEDIDO DO CANDIDATO:	
BIBLIOGRAFIA PESQUISADA:	



CONCURSO PÚBLICO - EDITAL 01/2017

ANEXO C

REQUERIMENTO PARA DEVOLUÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

							(Pr	eer	nch	er e	m	letr	a d	e fo	rm	a)								
NOME DO CANDIDATO																								
INSCRIÇÃO																								
CARGO	М	Е	D	I	С	0		D	0		Т	R	Α	В	Α	L	Н	0						
IDENTIDADE																								
CPF																								
ENDEREÇO COMPLETO																								
CIDADE																								
UF																								
CEP																								
Venho requerer a devolução do valor pago a título de Taxa de Inscrição para o Concurso Público CEMIG - MÉDICO DO TRABALHO - Edital nº 01/2017. Para comprovação, anexo a este requerimento cópia dos boletos bancários quitados ou o mesmo acompanhado dos respectivos comprovantes de pagamento e informo a seguir os dados da conta bancária para depósito.																								

Dados da Conta bancária:

RECEBEDOR

(Assinatura):

- > A conta bancária deverá ser, preferencialmente, do próprio candidato. Não pode Conta Salário e/ou Poupança.
- ➤ Caso a conta bancária não seja de titularidade do candidato, será <u>IMPRESCINDÍVEL</u> constar o nome completo, CPF, RG, parentesco e assinatura do titular nos campos abaixo:

NOME COMPLETO DO																		
TITULAR DA CONTA																		
IDENTIDADE																		
CPF																		
PARENTESCO																		
ASSINATURA DO TITULAR:	_																	
Nome do BANCO:								Nú	me	ro c	lo E	3an	co:					

TITULAR:													
Nome do BANCO:		Número do Ba	Número do Banco:										
Número da AGÊNCIA:		Dígito da Agêr	Dígito da Agência (se houver):										
Número da CONTA CORRENTE	:	Dígito da Cont	ver):										
Termos em que, pede deferimen	to.												
		,de		de 2017.									
	(cidade)	(dia)	(mês)										
ASSINATURA DO CANDIDATO:													
PROTOCOLO	DE ENTREGA DO PEDIDO DE	E DEVOLUÇÃO DA TAXA	DE INSCRIÇÃO										
	NOME DO CANDIDATO:		Nº IN	SCRIÇÃO:									

DATA DA ENTREGA NA FUMARC



CONCURSO PÚBLICO - EDITAL 01/2017

ANEXO D

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO E BIBLIOGRAFIA SUGERIDA

OBSERVAÇÃO: A bibliografia sugerida não limita nem esgota o programa. Serve apenas como orientação para a banca elaboradora de provas e para os candidatos.

INTERPRETAÇÃO DE TEXTO/PORTUGUÊS INSTRUMENTAL (ENSINO SUPERIOR)

- 1. Leitura, compreensão e interpretação de textos.
- 2. Conhecimentos linguísticos gerais e específicos relativos à leitura e produção de textos.
- 3. Conhecimento gramatical de acordo com o padrão culto da língua.
- 4. Estrutura fonética: divisão silábica, ortografia, acentuação tônica e gráfica.
- 5. Classes de palavras: classificação, flexões nominais e verbais, emprego.
- 6. Teoria geral da frase e sua análise: orações, períodos e funções sintáticas.
- 7. Sintaxe de concordância: concordância nominal e verbal (casos gerais e particulares). Concordância ideológica (silepse).
- 8. Sintaxe de regência: verbos quanto à predicação, regência nominal e verbal.
- 9. Crase.
- 10. Colocação de pronomes: próclise, mesóclise e ênclise.
- 11. Pontuação: emprego dos sinais de pontuação.

Bibliografia sugerida:

ANDRÉ, Hildebrando, Gramática ilustrada, São Paulo: Moderna, 1990.

BECHARA, Evanildo. Moderna Gramática Portuguesa. São Paulo: Ed. Nacional.

CEGALLA, Domingos Paschoal. *Novíssima gramática da língua portuguesa*. São Paulo: Ed. Nacional, 1998. CIPRO NETO, Pasquale & INFANTE, Ulisses. *Gramática da língua portuguesa*. São Paulo: Scipione, 1998. CUNHA, Celso & CINTRA, L. F. Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

ROCHA LIMA, Carlos Henrique. *Gramática normativa da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1985.

Livros didáticos de Língua Portuguesa para o ensino fundamental e médio.

RACIOCÍNIO LÓGICO (ENSINO SUPERIOR)

1. Noções básicas de lógica:

- 1.1 conectivos, tautologia e contradições, implicações e equivalências, afirmações e negações, argumento, silogismo, validade de argumento.
- 1.2 Compreensão e elaboração da estrutura lógica de situações-problema por meio de raciocínio dedutivo.
- 1.3 Compreensão do processo lógico que, a partir de um conjunto de hipóteses, conduz, de forma válida, a conclusões determinadas.
- 2. **Raciocínio matemático:** utilizar o raciocínio matemático para resolver situações e problemas que envolvam os seguintes conteúdos:
 - 2.1 conjuntos numéricos racionais e reais operações, propriedades, problemas envolvendo as quatro operações nas formas fracionária e decimal; números e grandezas proporcionais; razão e proporção; divisão proporcional; regra de três simples e composta; porcentagem.
 - 2.2 Expressões algébricas: equações de primeiro e segundo graus, sistemas de equações lineares.
 - 2.3 Seguências. Progressão aritmética e Progressão Geométrica.
 - 2.4 Conceito de Função: Função Polinomial, Exponencial e Logarítmica.
 - 2.5 Geometria Plana: Polígonos regulares, circunferência e círculo; cálculo de áreas e perímetros.



Bibliografia sugerida:

BASTOS, Cleverson e KELLER, Vicente. Aprendendo lógica. Petrópolis: Ed. Vozes.

DANTE, Luiz Roberto. Matemática: contexto e aplicações, vol. 1 a 3, Ed. Ática, 2003.

GIOVANNI, Jose Ruy e CASTRUCCI, Benedito e GIOVANNI JR, José Ruy. *A conquista matemática* 5ª a 8ª série, São Paulo: ED. FTD, 2002.

DANTE, Luiz Roberto. *Matemática Contexto & Aplicações*-Volume I. 3. ed. reform. São Paulo: Editora Ática, 2006.

INGLÊS INTERMEDIÁRIO (ENSINO SUPERIOR)

- 1. Interpretação de textos: compreensão de aspectos globais e específicos dos textos; realização de inferências autorizadas pelos textos; reconstrução da coesão e da coerência através dos elos coesivos e das relações entre os termos e seus referentes.
- Conhecimento léxico-gramatical da língua: usos do presente e do futuro; efeitos de sentido conferidos pelos modais; uso do imperativo, dos gerúndios e dos infinitivos; efeitos de sentido conferidos pelo uso das preposições, conjunções e pronomes; frases condicionais.

Bibliografia sugerida:

AZAR, B.S. Understanding and using English grammar. Pearson Education.

HEWINGS, M. Advanced grammar in use. CUP.

HORNBY, A.S. Oxford advanced learner's dictionary of current English. OUP.

Merriam-Webster's Dictionary of Synonyms: a dictionary of discriminated synonyms with antonyms and analogous and contrasted words.

MURPHY, R.; SMALZER, W.R. Grammar in use intermediate with answers: self-study and practice for students of English. CUP.

The American Heritage Dictionary of the English language.

The Oxford Dictionary of synonyms and antonyms. OUP.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS (ENSINO SUPERIOR)

MÉDICO DO TRABALHO

- 1. Processo saúde-doença e trabalho.
- Doenças profissionais (pneumoconioses, mielopatias ocupacionais, saturnismo e outras intoxicações por metais, intoxicações por agrotóxicos, patologias causadas pelo ruído (PAIR), lesões por esforços repetitivos (LER/DORT), dermatoses ocupacionais).
- 3. Trabalho e Saúde Mental.
- 4. Vigilância em ambientes de trabalho.
- 5. Epidemiologia e Saúde do trabalhador.
- 6. Comunicação de acidente de trabalho.
- 7. Legislação Tópicos específicos de saúde do trabalhador (Portaria n. 3.214. Ministério do Trabalho, Leis 8.080, 8.212 e 8.213 e Decreto nº 2.172 de 05/03/97).
- 8. Estruturação e serviços de saúde o trabalhador.
- 9. Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional PCMSO (Portaria n. 24/12/94).
- 10. Saúde e Segurança no Trabalho (normas regulamentadoras MTb).
- 11. Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP).
- 12. Ética médica.
- 13. Redação de laudos (LTCAT).
- 14. Acidentes do trabalho.
- 15. Fator Acidentário de Prevenção FAP.
- 16. Ergonomia.
- 17. Pessoa com deficiência.



Bibliografia sugerida:

ABHO. Limites de tolerância da ACGIH. TLVs® e BEIs® da ACGIH® - edição 2016.

ALI, Salim Amed. Dermatoses ocupacionais. 2.ed. São Paulo, SP: Fundacentro, 2009.

ALMEIDA, IM. Caminhos da análise de acidentes do trabalho. – Brasília: MTE, SIT, 2003.

ANAMT. A inclusão de pessoas com deficiência. O papel de médicos do trabalho e outros profissionais de saúde e segurança. 2a edição, 2016. Disponível em http://www.anamt.org.br/site/upload arquivos/arquivos diversos 18520161439487055475.pdf>.

ANAMT. Diretriz Técnica 02. **Efeito do rastreamento do uso de álcool e drogas entre trabalhadores.** Disponível em http://diretrizes.amb.org.br/_DIRETRIZES/efeito-do-rastreamento-do-uso-de-alcool/files/assets/basic-html/page-1.html.

ANAMT. Diretriz Técnica 01. **Epilepsia e Trabalho: Rastreamento.** Disponível em http://www.anamt.org.br/site/arq consulta publica/arquivo 2.pdf>.

ANAMT. **Guia de imunização.** Disponível em

http://www.anamt.org.br/site/upload_arquivos/arquivos_diversos_16620161211277055475.pdf.

BARROS FILHO, Tarcísio E. P. de. O exame físico em ortopedia. 2. ed. São Paulo, SP: Sarvier, 2002.

BEAGLEHOLE, R; BONITA, R; KJELLSTROM, Tord. **Epidemiologia básica.** 2. ed. Atual. São Paulo: Santos, 2003. 175 p.

BURGESS, WA. Identificação de possíveis riscos à saúde do trabalhador nos diversos processos industriais. Belo Horizonte: Ergo Editora, 1997., 1997.

BRASIL. Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999.

BRASIL. Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

BRASIL. Lei 13.146 de 06 de julho de 2015.

BRASIL. Instituto Nacional de Câncer José de Alencar Gomes da Silva (INCA). **Diretrizes para Vigilância do Câncer Relacionado ao Trabalho.** Rio de Janeiro: Inca, 2012. Disponível em http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/inca/diretrizes vigilancia cancer trabalho.pdf>.

BRASIL. MINISTERIO DO TRABALHOE PREVIDÊNCIA SOCIAL. Manual de Aplicação da NR-17.

BRASIL. **Normas Regulamentadoras.** Disponível em http://trabalho.gov.br/segurancae-saude-no-trabalho/normatizacao/normas-regulamentadoras.

BUSCHINELLI, José Tarcísio P. **Manual de Orientação sobre controle médico ocupacional da exposição a substâncias químicas.** São Paulo, 2014. Disponível em .

Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde – CIF. Disponível em http://www.inr.pt/uploads/docs/cif/CIF_port_%202004.pdf>.

Conselho Federal de Medicina. **Código de Ética Médica**, 2009. Disponível em http://www.portalmedico.org.br/novocodigo/integra.asp.

Conselho Federal de Medicina. **Resolução CFM nº 1.488/1998.** Disponível em http://www.portalmedico.org.br/resolucoes/cfm/1998/1488 1998.htm>.

Conselho Federal de Medicina. Resolução nº 1715/2004.

Conselho Federal de Medicina. Resolução nº 1821/2007.

COUTO, H. A. Como Instituir a Ergonomia na Empresa: a prática dos comitês de ergonomia. 2º Edição. Belo Horizonte, Ergo Editora, 2011.

COUTO, H.A. Ergonomia do corpo e do cérebro no trabalho: os princípios e a aplicação prática do profissional da ergonomia. Belo Horizonte, Ergo, 2014, 2014.

CREMESP. Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo. 2015. Saúde Mental e Trabalho.

DIAS, Elizabeth Costa et al. **Competências essenciais requeridas para o exercício da Medicina do Trabalho**. Atualização 2016. São Paulo. Anamt: 2016. Disponível em http://www.anamt.org.br/site/upload arquivos/arquivos diversos 29820161055157055475.pdf>.

FLETCHER, RH; FLETCHER, SW. FLETCHER, GF. **Epidemiologia Clínica: Elementos Essenciais** - 5a Ed. 2014. Editora Artmed.

Glina DMR, Rocha LE (organizadores). **Saúde mental no trabalho: da teoria à prática.** São Paulo: Roca; 2010.

International Commission on Occupational Health – ICOH. **Código Internacional de Ética**, 3. ed. 2016. Edição traduzida por Mendes, R & Faccy, R. Disponível em http://www.anamt.org.br/site/upload arquivos/arquivos diversos 28420161611117055475.pdf>.

MENDES, R. Patologia do Trabalho. Mendes, São Paulo. Editora Atheneu, 2013. 2 volumes.

Ministério da Saúde. **Dermatoses ocupacionais.** Brasília, 2006. Disponível em http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/06 0553 M.pdf>.



OLIVEIRA, S. G. Proteção Jurídica à Saúde do Trabalhador. 6ª Edição. Editora LTr.São Paulo: 2011. Organização Internacional do Trabalho. Sistema de Gestão da Segurança e Saúde no Trabalho: Um instrumento para uma melhoria contínua. Edição: Abril 2011. SALIBA, Tuffi M. Curso Básico de Segurança e Higiene Ocupacional. 3.ed. LTr. SUE David; SUE Derald Wing; SUE Diane; SUE Stanley. Understanding abnormal behavior. 11ª ed.